
LEONIZIA DE JESUS SENA DE ALMEIDA
LÍVIA TOSTA DOS SANTOS
(ORGS.)

POSSIBILIDADES
CURRICULARES
E ESTRUTURAIS

PARA O RETORNO PRESENCIAL
NO IF BAIANO *CAMPUS*
GOVERNADOR MANGABEIRA



**POSSIBILIDADES CURRICULARES E ESTRUTURAIS PARA O
RETORNO PRESENCIAL NO IF BAIANO *CAMPUS*
GOVERNADOR MANGABEIRA**



LEONIZIA DE JESUS SENA DE ALMEIDA
LÍVIA TOSTA DOS SANTOS
(ORGANIZADORAS)

**POSSIBILIDADES CURRICULARES E ESTRUTURAIS PARA O
RETORNO PRESENCIAL NO IF BAIANO *CAMPUS*
GOVERNADOR MANGABEIRA**

1ª. Edição

Quipá Editora
2022

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical, são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Normalização: dos autores e autoras.

Conselho Editorial: Me. Adriano Monteiro de Oliveira, Quipá Editora / Me. Antoniele Silvana de Melo Souza, Secretaria de Educação de Pernambuco / Dra. Anny Kariny Feitosa, Instituto Federal do Ceará, campus Iguatu / Dra. Francione Charapa Alves, Universidade Federal do Cariri / Dra. Maria Eneida Feitosa, Universidade Regional do Cariri / Dra. Mônica Maria Siqueira Damasceno, Instituto Federal do Ceará, Juazeiro do Norte

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P856 Possibilidades curriculares e estruturais para o retorno presencial no IF Baiano Campus Governador Mangabeira / Organizado por Leonizia de Jesus Sena de Almeida e Lívia Tosta dos Santos. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2022.

83 p.

ISBN 978-65-5376-076-9

DOI 10.36599/qpedit1.176

1. Educação. I. Almeida, Leonizia de Jesus Sena de. II. Santos, Lívia Tosta dos. III. Título.

CDD 370

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em agosto de 2022

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

Essa obra é dedicada a todos que direta e indiretamente contribuíram no desenvolvimento desse livro. E a toda comunidade acadêmica do IF Baiano-*Campus* Governador Mangabeira, aqui está o resultado de um esforço coletivo.

AGRADECIMENTOS

A construção de um ambiente colaborativo pautado no trabalho em equipe onde cada um dentro de suas *expertises* une forças, talentos e habilidades para produzir sentido no chão da escola. Assim, esta publicação é resultado de esforços coletivos daqueles que através do compromisso, relata suas experiências entendendo que independente do cenário que se apresenta, a lógica da vida é dá sentido àquilo que nos move e nos faz protagonista da história. Então, agradecer a todas as mãos envolvidas nesse trabalho é tornar sentimentos em palavras, fazendo do hábito da gratidão um movimento importante para que todos se sintam valorizados.

A Deus em primeiro lugar por ter nos proporcionado saúde, vida e inspiração na escrita, sem Ele nada teria sentido.

A Direção-Geral do *Campus* Governador Mangabeira que abraçou a ideia desde o momento inicial, contribuindo com as discussões e apoiando toda logística para que esse momento se tornasse realidade.

A Direção Acadêmica, responsável por articular as atividades acadêmicas e sua importante participação no envolvimento de construção da proposta.

Ao professor Elísio com suas contribuições de pensar as diferenças a partir do pensamento pós-estruturalista, nos despertando para discussões promissoras no campo do currículo.

A Coordenação Pedagógica representada pelas pedagogas (Leonizia Sena e Luciene Santos) cujo trabalho de assessoramento traz informações imprescindíveis para fazer o desenvolvimento pedagógico no *Campus*.

Ao Técnico em audiovisual na pessoa de Valmir Silva Santos Andrade pelo apoio logístico facilitando a operacionalidade de toda proposta.

Aos discentes e todos os servidores e terceirizados desse Instituto que contribuíram direta e indiretamente na construção desse trabalho.

E ao final, a todos os autores e organizadoras que tornaram esse livro possível: Dr. Marcos Vinícius Paim da Silva, Me. Elísio José da Silva Filho, Me. Lívia Tosta dos Santos; a professora Esp. Sílvia Fernanda Sales dos Santos; Me. Luciene da Silva Santos; Me. Leonizia de Jesus Sena de Almeida, e a editora Quipá por transformar o sonho em realidade.

Leonízia de Jesus Sena de Almeida
Lívia Tosta dos Santos

LISTA DE SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APNP	Atividades Pedagógicas Não Presenciais
BNCC	Base nacional Comum Curricular
CAE	Coordenação de Assuntos Estudantis
CLAE	Comissão Local de Assistência Estudantil
CONIF	Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP	Conselho Superior
EAD	Educação a Distância
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
GPECIF	Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade do IF Baiano
IF BAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IN	Instrução Normativa
INSPER	Ensino Superior em Negócios, Direito e Engenharia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com necessidades Específicas
NAPSI	Núcleo de Apoio Psicossocial
NURI	Núcleo de Relações Institucionais
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAE	Programa de Auxílio Eventual

PAISE	Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPC	Projeto Político de Curso
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROSAÚDE	Programa de Prevenção e Assistência à Saúde
PVE	Projeto de Vida do Estudante
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal
SRA	Secretaria de Registros Acadêmicos
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
SUS	Sistema Único de Saúde
TAEs	Técnico em Assuntos Educacionais
TED	Termo de Execução Descentralizada
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UAPE	Unidade de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito
UECs	Unidades Educativas de Campo
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

PREFÁCIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1.....16

O CURRÍCULO EM MOVIMENTO: ORGANIZANDO O RETORNO PRESENCIAL
NO IF BAIANO *CAMPUS* GOVERNADOR MANGABEIRA

Leonizia de Jesus Sena de Almeida

CAPÍTULO 2..... 27

EDUCAÇÃO PELA DIFERENÇA

Elísio José da Silva Filho

CAPÍTULO 3..... 39

IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO AO PROCESSO EDUCATIVO NO
RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA: UM OLHAR PEDAGÓGICO CRÍTICO

Luciene da Silva Santos

CAPÍTULO 4..... 56

(RE)PLANEJAMENTO DO IF BAIANO *CAMPUS* GOVERNADOR MANGABEIRA
PARA A RETOMADA PRESENCIAL DURANTE PANDEMIA DA COVID-19:
DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Lívia Tosta dos Santos

CAPÍTULO 5..... 70

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ACOLHIMENTO COMO REFERÊNCIA DE
RESPEITO À DIVERSIDADE, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA EQUIDADE

Sílvia Fernanda Sales dos Santos

SOBRE OS AUTORES.....81

ÍNDICE REMISSIVO.....83

PREFÁCIO

“Existe somente uma idade para a gente ser feliz, somente uma época na vida de cada pessoa em que é possível sonhar e fazer planos e ter energia bastante para realizá-los a despeito de todas as dificuldades e obstáculos. Uma só idade para a gente se encontrar com a vida e viver apaixonadamente e desfrutar tudo com toda intensidade sem medo nem culpa de sentir prazer. Fases douradas em que a gente pode criar e recriar a vida à nossa própria imagem e semelhança e vestir-se com todas as cores e experimentar todos os sabores e entregar-se a todos os amores sem preconceito nem pudor. Tempo de entusiasmo e coragem em que todo desafio é mais um convite à luta que a gente enfrenta com toda disposição de tentar algo NOVO, de NOVO e de NOVO, e quantas vezes for preciso. Essa idade tão fugaz na vida da gente chama-se PRESENTE e tem a duração do instante que passa”.

(QUINTANA, Mário, 1980)

É justo iniciar esse prefácio com um poema atual e revelador para o momento que vivemos. A reflexão sobre o “Presente”, recorte do texto: “A idade de ser feliz” do saudoso Mário Quintana, nos desafia a continuar a caminhada mesmo diante das incertezas que enfrentamos no cenário educacional. O longo período de isolamento e a falta de interação social deixaram marcas em vários aspectos da natureza humana que desencadeou alguns processos como: depressão, ansiedade, atrasos cognitivos entre outros. No entanto, o ser humano se torna único na proposta de criar, recriar e se adaptar para viver o novo quantas vezes ele se apresenta.

Diante de um cenário disruptivo de mudanças constantes, a alegoria trazida no poema supracitado reforça que viver o “presente” é repensar a educação já que o formato que tínhamos antes não se adequar as necessidades atuais. Viver o presente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IF Baiano, é pensar na reorganização como um todo desde a elaboração e estrutura curricular, passando pela didática, estratégias metodológicas e formas avaliativas para atender as necessidades que se apresentam no chão da escola através do alinhamento de ações entre setores, até a organização do espaço físico que necessitou se reestruturar para atender minimamente o previsto nas normas de segurança. Nessa perspectiva a escrita desse livro teve a participação articulada dos profissionais da educação (professores, pedagogos, coordenadores e diretora), que durante a construção da proposta trouxeram importantes contribuições geralmente apresentadas nas reuniões quinzenais nas tardes de terça-feira.

As discussões ganharam espaço e se agigantaram a ponto de estruturar a mesa redonda intitulada: Possibilidades curriculares para o Retorno presencial, mostrando à comunidade acadêmica a relevância das ações a partir das falas de cada representante do setor.

Extraíndo a relevância nos diálogos propostos e, apesar de haver correlações entre fala e escrita, pois o ato de escrever difere do ato de falar, foi pensado na construção do e-book visando disseminar nossa proposta de organização do retorno presencial para aqueles que trabalham no chão da escola e que dia a dia cria e recria esse espaço. Mesmo ocupando posições diferentes dentro de um coletivo educativo, a pedagoga Leonizia de Jesus Sena de Almeida e a Diretora Geral, Livia Tosta dos Santos, organizadoras desse livro, acreditam, veementemente, na possibilidade de viver o novo dentro de um “presente” de incertezas, desafios mais acima de tudo em uma construção coletiva de possibilidades para fazer dá certo.

Portanto, o presente texto se torna uma obra relevante ao apresentar a organização do IF Baiano Campus Governador Mangabeira para o retorno presencial, como foi pensado a logística de cada setor e ao mesmo tempo a articulação do trabalho coletivo. E a escrita de cada texto traz sentido, pois, vem daqueles que abordam em suas escritas valores imensuráveis para o campo educacional.

Adentrando nessa leitura nota-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento dos cinco capítulos que estão alinhados e forma uma estrutura organizada de ações previamente pensadas. Então, na primeira discussão traz “O Currículo em Movimento: organizando o retorno presencial no IF Baiano Campus Governador Mangabeira, entendendo a necessidade de pontuar as ações pedagógicas desenvolvidas pela Unidade de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem, Permanência e Êxito (UAPE). A “Educação pela Diferença” é o segundo capítulo que tenciona a discussão sobre o currículo a partir da filosofia da diferença onde romper com os modelos ultrapassados de proposta curricular é se abrir para as possibilidades de mudanças na educação.

O terceiro capitula: Implicações do Ensino Remoto ao Processo Educativo no Retorno das Atividades Presenciais na Educação Profissional e Tecnológica: Um Olhar Pedagógico Crítico, produz reflexões críticas acerca do ensino remoto, suas consequências ao processo educativo, demonstrando o olhar do corpo pedagógico e suas proposições na retomada das atividades presenciais. Pensando na estruturação dos espaços físicos da Instituição, o quarto capitula: (Re)Planejamento do IF Baiano Campus Governador Mangabeira para a retomada presencial durante pandemia da COVID-19: desafios, perspectivas e possibilidade, versa sobre a logística para implementação de cada espaço.

E por último, não menos importante o quinto capítulo fala sobre a “Assistência Estudantil: acolhimento como referência de respeito à diversidade, inclusão e promoção da equidade, escrito pela Coordenadora de Assuntos Estudantis”. Nesse capítulo estão elencados os desafios na atuação da coordenação de Assuntos estudantis, cuja ação tem como objetivo viabilizar a igualdade de oportunidades aos discentes, colaborando para a melhoria do desempenho acadêmico.

Ao chegar até aqui, percebemos que muitas narrativas precisam complementar essa escrita, visto que são muitos atores que corroboraram para viabilizar o retorno presencial. Desta forma, fica explícito que essa obra ultrapassa suas expectativas iniciais e conseqüentemente os relatos continuarão em outro momento, em outra oportunidade. Todavia, se debruçar sobre essas páginas é a primeira indicação para conhecer o passo a passo de uma proposta consciente de retorno presencial realizada por várias mãos nesse “presente” momento que chamamos de oportunidade.

Me. Leonizia de Jesus Sena de Almeida

Coordenadora da Unidade de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem, Permanência e Êxito (UAPE),
IF Baiano- Campus Governador Mangabeira.

REFERÊNCIA

QUINTANA, Mario. **Poesia completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1980

APRESENTAÇÃO

O e-book *Possibilidades Curriculares e Estruturas para o Retorno Presencial no IF Baiano Campus Governador Mangabeira* surge como fruto de uma Mesa-redonda pensada e organizada nos encontros do Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade do IF Baiano (GPECIF) e também do grupo de estudos com foco em questões práticas de um currículo.

A obra traz uma coletânea de informações que aborda questões curriculares e estruturas do IF Baiano *Campus Governador Mangabeira* no planejamento e efetivação do retorno presencial das atividades de ensino, pesquisa e extensão após um longo período de isolamento social imposto por uma pandemia causado pelo *Coronavírus* (COVID-19).

O projeto tem como proposta reunir informações sobre a organização acadêmica para a transição do ensino remoto para as atividades presenciais, trazendo o relato de personagens representantes da instituição e servidores diretamente envolvidos no processo, como a exemplo da Diretora Geral, a Chefe da Unidade de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem (UAPE) e a Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), que é responsável pela Política de Assistência Estudantil.

Nesta obra, podem ser encontrados capítulos que abordam os relatos de experiências dos profissionais que atuam na área de gestão, organização, planejamento, execução e acompanhamento do processo de ensino aprendizagem do IF Baiano Campus Governador Mangabeira, dentro de uma perspectiva de formação humana integral, incluído temas relacionados a estruturação dos espaços para viabilizar esse retorno presencial, a reorganização curricular para atender as questões pedagógicas, o assessoramento dentro do processo de ensino e aprendizagem e as variadas nuances e perspectivas das Políticas de Assistência Estudantil.

A assistência estudantil se configura dentro das instituições públicas como um pilar fundamental para a permanência e êxito de centenas de estudantes matriculados em condição de vulnerabilidade socioeconômica. É na Política de assistência estudantil que discutimos e promovemos ações voltadas à saúde, alimentação, atenção às necessidades específicas, assessoramento pedagógico e inclusão social.

Contudo, não basta a escola dispor de bons professores e coordenadores e ter os alunos engajados, é preciso ter recursos adequados e um espaço bem estruturado para oferecer as experiências necessárias para uma formação completa e favorecer a aprendizagem e um ambiente que transpareça o mínimo de segurança para a saúde de sua comunidade, em especial nesse contexto

de pandemia, a infraestrutura escolar envolve tanto o espaço físico da escola, como salas de aula, quadra de esportes, biblioteca, refeitório, pátio, entre outros, quanto os recursos materiais e humanos.

Nesta perspectiva, o espaço físico escolar é onde o aprendizado acontece e deve estar em boas condições, tendo em vista que influenciará no processo de ensino e aprendizagem do aluno, em especial quando se trata de um retorno às atividades presenciais após quase dois anos de atividades remotas e que os cuidados com o ambiente faz toda a diferença na preservação e integridade física dos indivíduos que retornam ao convívio coletivo da instituição em meio à pandemia do Coronavírus-19, ainda que na sua fase mais branda e com grande percentual de pessoas vacinadas.

Assim, neste inevitável entrelaçamento e fusão de informações percorremos avidamente por reflexões acerca das possibilidades curriculares que trarão maior êxito no processo ensino e aprendizagem dos estudantes durante e após o retorno às atividades presenciais como um constate desafio a ser respondido e avaliado por todo o copo acadêmico da Instituição. Dentro dessa proposta, foram considerados os aspectos relevantes para os processos educativos visando o retorno presencial que possa contribuir para ampliar compreensões e experiências visando uma abordagem que proporcione um retorno presencial de qualidade. Levanta-se aqui a discussão de currículo para o futuro na perspectiva de uma educação pós-estruturalista como rompimento com os modelos atuais que não dão conta das contingências e nem alcançam os novos estudantes, numa provocação que abraça os pilares anteriormente descritos.

Nesse sentido os cinco autores deste e-book narram, discutem e provocam questões e questionamentos acerca das Possibilidades Curriculares e Estruturas para o Retorno Presencial no IF Baiano Campus Governador Mangabeira de forma crítica dentro de uma perspectiva que prima pelo compromisso da oferta de uma educação pública, gratuita e de qualidade numa visão de formação humana integral do indivíduo em harmonia com os valores sociais e políticos da Política de Assistência Estudantil e é dentro dessa perspectiva que o livro se organiza em cinco capítulos, que buscam provocar no leitor o entendimento e a reflexão das dessas tramas que compõem o processo de ensino aprendizagem, numa perspectiva de análise dos desafios encontrados, enfrentados e por enfrentar pelos sujeitos atores do IF Baiano *Campus* Governador Mangabeira antes, durante e pós o processo de transição e retorno às atividades acadêmicas presenciais.

Para melhor leitura e composição das ideias, os capítulos foram organizados dentro de uma tessitura que versa primeiramente sobre a reflexão curricular e os desafios do planejamento/assessoramento pedagógico, perpassando pelo planejamento e organização física da instituição e finalizando com os desafios e importância da assistência estudantil para o processo.

O primeiro capítulo, *O currículo em movimento: organizando o retorno presencial no IF Baiano Campus Governador Mangabeira*, é de autoria de uma das organizadoras desta obra, a pedagoga e responsável pela Unidade de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito (UAPE) do IF Baiano Campus Governador Mangabeira, Leonizia de Jesus Sena de Almeida, que refletindo sobre o chão da escola e seu lugar de referência para os estudantes busca elucidar as ações previamente organizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IF Baiano Campus Governador Mangabeira no que diz respeito as Possibilidades Curriculares e Estruturas para o Retorno Presencial, haja vista, que diante de um longo tempo de atividades remotas, se faz necessário articulações entre os setores administrativo e acadêmico para gerenciar esse retorno.

O segundo capítulo, *Educação pela diferença*, é de autoria do professor e Coordenador da Educação a Distância (CEAD) do Campus, Elísio José da Silva Filho, que se isentando de tecer comparativos ao que era antes ou mesmo durante a pandemia, mas sim, busca trazer uma perspectiva de futuro para movimentar o pensar dessa educação. Neste capítulo o autor discorre sobre o currículo em suas possibilidades e perspectivas, sobretudo dentro do seu campo de formação em Linguagens, mais especificamente as Artes e quais semelhanças, quais sinonímias busca entre Arte e Educação e o propósito de tratar disso, não só entre os seus pares acadêmicos, mas também entre os estudantes e o cotidiano.

O capítulo seguinte, terceiro capítulo, *Implicações do Ensino Remoto ao Processo Educativo no Retorno das Atividades Presenciais na Educação Profissional e Tecnológica: Um Olhar Pedagógico Crítico*, da pedagoga e membro da Unidade de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito do Campus, Luciene da Silva Santos, traz reflexões críticas a respeito do processo de ensino remoto no Campus Governador Mangabeira, tratando em particular do ponto de vista do corpo pedagógico sobre o processo de aulas remotas considerando seus fatores intervenientes, as condições do trabalho pedagógico, as demandas e entraves no atendimento adequado aos alunos, bem como, sobre as proposições e direcionamentos didático-pedagógicos para retomada das atividades presenciais.

O quarto capítulo, por sua vez, *(Re)Planejamento do IF Baiano Campus Governador Mangabeira para a retomada presencial durante pandemia da COVID-19: desafios, perspectivas e possibilidade*, foi escrito pela Diretora Geral do Campus, Livia Tosta dos Santos, e tem por objetivo reunir as informações sobre o planejamento adotado pela gestão do para compor as análises e reflexões da comunidade interna e externa sobre as Possibilidades Curriculares e Estruturas para o Retorno Presencial após a redução da transmissibilidade da COVID-19. Destaca-se neste artigo a

(re)estruturação dos espaços para viabilizar esse retorno presencial, considerado os aspectos relevantes para os processos educativos, os quais possam contribuir para ampliar compreensões e experiências feitas nos variados setores dentro do Campus.

Por fim, o capítulo cinco, *Assistência Estudantil: acolhimento como referência de respeito à diversidade, inclusão e promoção da equidade*, escrito pela Coordenadora de Assuntos Estudantis, Sílvia Fernanda Sales dos Santos, descreve sobre os Documentos basilares das ações e interações dos sujeitos da Assistência Estudantil; Atividades Educativas de cunho informativo e formativo com os discentes, como a exemplo do Projeto de Vida e as novas perspectivas de crescimento pessoal para o estudante; Os desafios cotidianos da atuação da Assistência Estudantil em face ao sucateamento com a falta de recursos financeiros e as políticas de repasse dos auxílios, desenhando um cenário que mostra o quanto a Política de Assistência Estudantil, tem sido a ação que vem garantindo condições dignas de permanência para os alunos, reforçando a necessidade de apoio do Estado para a sua manutenção e consolidação por meio do incremento do acesso para quem precisa.

Fica aqui a expectativa que esta coletânea traga bons aprendizados e grandes reflexões acerca da transitoriedade do processo de ensino presencial/remoto/presencial vivido em decorrência da pandemia ocasionada pelo *Coronavírus* (COVID-19) e suas implicações diretas e indiretas na organização das Instituições de Ensino como um todo e, de forma mais específica, para o IF Baiano Campus Governador Mangabeira, em seus aspectos físicos, afetivos, cognitivos e curriculares.

CAPÍTULO 1

O CURRÍCULO EM MOVIMENTO: ORGANIZANDO O RETORNO PRESENCIAL NO IF BAIANO CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA

Leonizia de Jesus Sena de Almeida¹

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire

INTRODUÇÃO

Bem sabemos que o conceito de experiência refere-se ao conhecimento ou aprendizado adquirido através da prática ou da vivência com algo e ou alguém que deixa marcas na complexa trama de relações e fazeres que é a sociedade. No contexto educacional toda experiência adquirida se transforma em possibilidades gerando ações e reações a fim de promover significados no espaço escolar.

Nesse movimento de se reinventar para atender as demandas surge a Pandemia do COVID-19 que mexeu com a sociedade e provocou mudanças profundas no chão da escola, mudando a forma de estudantes e professores enxergar a educação, nesse momento repensar e de forma rápida como gerir a escola que se encontra de portas fechadas mais necessitando de dar continuidade aos processos formativos passa a ser desafiador, pois o ensino tradicional perde sentido em um tempo que a informação está literalmente atrelada ao uso das tecnologias. Segundo Santana e Sales (2020, p. 82) “em um contexto educacional que já enfrenta desafios importantes em função das transformações sociais que o mundo vivencia, ganha novas provocações em razão do cenário pandêmico”.

Ir a escola faz parte de um ritual de aprendizagem que aos poucos foi dando espaço uma nova dinâmica de aulas, as atividades assim como avaliações e o processo de ensino tiveram que ser repensadas e adequadas para atender as aulas remotas. Com o fechamento das instituições de ensino ocorreu à digitalização do conhecimento, a modalidade da educação a distancia se fortalece e as

¹Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Campus Governador Mangabeira. Mestre em Educação (UEFS). Email: leonizia.sena@ifbaiano.edu.br

escolas criam cenários para dinamizar as atividades a partir de plataformas virtuais, e durante um tempo de dois anos vivenciamos essas mudanças no comportamento educacional, às adaptações realizadas no currículo, na metodologia de ensino e nos ambientes virtuais a partir do ensino remoto.

Para Führt:

As novas e inovadoras metodologias de ensino e aprendizagem deverão ser desenvolvidas e utilizadas para que o estudante possa aprender a aprender e compartilhar o conhecimento de forma colaborativa entre os pares, tornando a aprendizagem mais sedutora, atraente, dinâmica, colaborativa e participativa. (FÜHR, 2019, p. 31).

Chegando ao final da quarentena inicia-se o processo de se pensar o retorno às aulas presencial, mais uma vez é necessário criar caminhos para reinventar a escola e diante de tantos ajustes, é correto afirmar, assim como a sociedade, a escola enquanto organismo vivo precisa repensar seu papel social, uma vez que deixa de ser a única fonte de saber, haja vista que a tecnologia associada ao conhecimento disponibiliza um leque de informações. Nesse caminho de volta, suscita muitas incertezas no que tange as demandas estruturais, pedagógicas e todo protocolo de orientação da Organização Mundial da saúde (OMS) para receber os alunos em 2022. Boaventura (2002, p. 47), “a escola projetada para os próximos anos deve ajudar na compreensão das realidades contemporâneas atuais e futuras”.

Diante disso, o objetivo desta escrita é elucidar as ações previamente organizadas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IF Baiano *Campus* Governador Mangabeira no que diz respeito as Possibilidades Curriculares e Estruturas para o Retorno Presencial, haja vista, que diante de um longo tempo de atividades remotas, se faz necessário articulações entre os setores administrativo e acadêmico para gerenciar esse retorno. Nessa perspectiva, houve uma ação conjunta entre os setores no Campus visando estruturar desde a organização pedagógica assim como a estrutura física dos espaços educativos para recepcionar toda comunidade acadêmica.

Para começo de conversa

Para que esse diálogo se desenvolva, é necessário compreender o espaço onde tudo acontece. Situado na região do Recôncavo Sul da Bahia, a 119Km da capital estadual encontra-se o Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IF Baiano- Campus Governador Mangabeira, fazendo parte de 14 Campi distribuídos no território baiano, local onde a proposta da mesa redonda foi realizada.

Tem como missão “oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita [...] contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do município” (PPP,2016. p. 21). Alinhado à missão e a identidade Institucional do IF Baiano, com a combinação de eixos como Ciência, Cultura e Trabalho, o Campus Governador Mangabeira oferta cursos na modalidade subsequente: Técnico em Agropecuária, Técnico em Manutenção e Suporte de Informática, Técnico em Alimentos. Na modalidade Integrado: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria e o Técnico em Informática além do curso de Cozinha na modalidade Proeja. Dentro dessa estruturação, apresento o setor que pensou e movimentou toda proposta para viabilizar a escrita desse trabalho.

A Unidade de Apoio ao Processo de ensino e Aprendizagem (UAPE) no Campus IF Baiano é um setor consultivo e de assessoramento para o planejamento e execução de ações que visam estruturar e aprimorar ao processo de ensino e aprendizagem, vinculado a direção acadêmica, o referido setor tem como objetivo nortear as ações pedagógicas visando o desenvolvimento educacional através de práticas como: acompanhar e participar, no âmbito de suas competências, do processo de ensino e aprendizagem, orientando a elaboração dos projetos pedagógicos e dos planos de ensino e a avaliação da aprendizagem. O UAPE tem na sua composição duas pedagogas e quatro Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) que desenvolvem funções específicas no setor.

Atuando nesse setor e envolvida com o cotidiano da escola, sentir a necessidade de fortalecer o diálogo com os pares: Professores, Direção Acadêmica, Direção-Geral, Pedagógico e a Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) sobre a reestruturação do currículo e a logística de organização dos espaços, pois se entende que ainda vivemos em um período pandêmico, as incertezas pontuam fortemente esse momento sendo necessário assegurar o bem-estar de todos os servidores. Concomitante a esse diálogo, foi criado um grupo de pesquisa com alguns servidores para pensar esse momento através de encontros quinzenais que discute a proposta curricular dos cursos no Campus Governador Mangabeira e os desdobramentos de ações pedagógicas visando minimizar os impactos da realidade educacional vivido até aqui.

No florescer desses diálogos surge a proposta da realização de uma mesa redonda objetivando mostrar a toda comunidade acadêmica o movimento realizado por cada setor envolvido para atender as especificidades estruturais e pedagógicas. A mesa redonda foi organizada e implementada em um tempo necessário porque mostrou para a comunidade acadêmica que embora seja um começo cheio de expectativas, (re)adaptações e incertezas, possibilitou também olhar para o currículo que se move para caber e conviver na escola como um sistema de conexões chamado por (DELEUZE e GUATTARI, 1995) de “Rizoma, sem início e nem fim, permeado por linhas e segmentaridades que transforma nossa prática”.

Nessa perspectiva a primeira interlocução na mesa trouxe a fala do professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) que abre a discussão nos desafiando a repensar a educação a partir de uma ruptura consciente com o velho, falando de uma mudança de comportamento, de uma mudança de pensamentos estruturais para pensamentos que se abrem para as possibilidades de investigar o novo com uma visão mais ampla, pois as práticas passadas não sustentam o ambiente escolar de hoje onde o nosso aluno tem na veia princípios tecnológicos que desencadeia diferentes formas de atuação na escola. Assim nos convida a pensar a educação através da filosofia da diferença a partir do pensamento deleusiano, que define o que não é repetição é a diferença trazendo uma ruptura com uma modelagem atual de educação conteudista, dissociada da realidade e repetidora de processos. No entanto, essa escola não deixa de existir, ela passa a existir de forma diferente com outras nuances e propostas.

Assim, pensar esse retorno presencial rompendo com o arquétipo dentro de uma estrutura curricular pautada na repetição se torna um universo possibilidades nesse espaço de formação entendendo que nada é estável, tudo é mutável, pois, a escola que retorna desafia a transpor os limites ideológicos a que alunos e professores estiveram até hoje atrelados, estruturar-se para poder estar adequado às novas demandas, havendo necessidade de desenvolver um pensar crítico, criativo e não repetitivo.

Para o referido professor a repetição dentro do sistema educacional se torna um problema (...) “eu venho de uma educação de repetição, que não é boa para a ampliação de sentidos, infelizmente tem sido uma repetição pela repetição para manutenção, sem espaço para o novo e sem discussão para o inferente, isso é prejudicial para a educação” (Professor EBTT, 2022).

No contexto das contribuições da filosofia da diferença em (DELEUZE, 1995), os desafios para pensar a retomada das aulas presenciais se torna desafiador e ao mesmo tempo nos move a possibilidades que se abrem para experimentar modelagens diversas no sentido de fazer uma educação com sentido. Por isso nessa discussão existe a necessidade de ouvir cada setor e sua colaboração ao pensar esse retorno presencial.

A direção Geral do Campus, apresenta em sua narrativa como foi pensado e estruturado a logística administrativa para viabilizar minimamente o retorno das atividades, assim uma força tarefa foi montada na organização de todos os espaços como salas, banheiros, refeitório e todos os setores acadêmicos. A referida ação teve e tem um único objetivo, cumprir com as medidas de prevenção e manter um ambiente saudável para todos, como explica a diretora do Campus:

(...) nossa preocupação com o retorno presencial era e continua sendo, atender a comunidade acadêmica preservando sua saúde em todos os aspectos, assim toda estruturação nas salas de aulas, nos banheiros, refeitório, biblioteca entre outros espaços, que foram equipados com dispenser de álcool em gel nos prédios: acadêmico, de aulas e administrativo, adaptação de pias para lavagem das mãos, tapetes sanitizantes e todo protocolo de distanciamento previsto nas orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS). Também foi pensado na proposta de escalonamento de aulas somente funcionando no turno da manhã, e a tarde as atividades aconteceria de forma remota para dar continuidade aos estudos (Direção-Geral, 2022).

Articulada com a Direção-Geral, a Coordenação de Assuntos estudantis (CAE) tem a função de acompanhar os discentes nos seus diferentes contextos, de forma a contribuir com a ampliação e consolidação da cidadania. Destarte, o referido setor tem um importante papel nesse processo. A equipe é formada por multiprofissionais como enfermeira, técnico de enfermagem, assistentes de alunos, assistente social, psicóloga entre outras, atuando nas demandas cotidianas. Para articular o retorno presencial, a CAE buscou ações conjuntas com outros setores: direção acadêmica e direção-geral organizando suas práticas na política de assuntos estudantis que garante o apoio ao estudante em sua permanência e êxito, a partir dos auxílios disponibilizados nos programas de assistência. O referido setor foi responsável pela organização do ensalamento, pelas orientações com os alunos como: o uniforme, as questões nutricionais e de comportamento. Pensar no bem-estar do educando é a mola que nos move diz a coordenadora CAE:

(...) “toda preocupação da CAE esta relacionada ao bem estar do estudante, haja vista, que a atual situação que esses meninos se encontram de perdas, tristezas e dificuldades (...), nos faz sensível para planejar a melhor forma de acolhê-los, dessa forma, o ensalamento foi realizado por município, visando facilitar os trabalhos em grupos, transportes etc. A equipe adaptou os horários de lanche a partir da disponibilidade dos horários das turmas, toda logística pensada para esse momento nos dá a certeza que conseguiremos despertar nesses alunos um sentimento de pertencimento, isso é gratificante (Coordenação de Assuntos Estudantes, 2022).

Embora a estrutura física e o acompanhamento discente foi motivo da discussão até o presente momento, temos ainda um quesito importante para dar continuidade a proposta da mesa redonda: as possibilidades curriculares, ou seja, como a equipe pedagógica e direção acadêmica pensou e pensa nesse movimento de retorno? Quando não cabe mais um currículo engessado, frio e conteudista para atender um momento tão desafiador. O momento de fala da pedagoga do *Campus*, trouxe reflexões imprescindíveis para essa discussão, como entender a organização do trabalho pedagógico não o sentido desarticulado, porém pensado conjuntamente com todo acadêmico: discentes, docentes direção e coordenação de ensino fazendo um movimento de compreender o atual momento não de ruptura, antes remoto e agora presencial, mas, de forma geral, mexendo na estruturação do fazer pedagógico, quais mudanças implementadas? Como agir agora, cabe o mesmo modelo de prática pedagógica? Ou ate mesmo vamos continuar insistindo na repetição dos processos?

Esses e outros questionamentos permeia o universo educativo por isso a proposta dessa discussão. O setor pedagógico enquanto articulador nas questões de assessoramento e acompanhamento da aprendizagem busca realizar em parceria com demais setores ações estratégicas objetivando atender minimamente os alunos em sua especificidade. É notório que alguns questionamentos supramencionados não terão respostas imediatas ate porque as mudanças no campo do currículo infelizmente acontecem de forma lenta e a fala do diretor acadêmico embasa essa realidade:

“Estamos diante de uma situação atípica, a nossa condição docente nos habituou a cumprir uma agenda pedagógica com prazos e limites para dar conta”. E a pandemia nos fez sair do lugar da repetição, o contato com os alunos se estendeu para além das salas e isso tornou um problema, lidamos com uma geração tecnológica, aparentemente isso nos trouxe um conforto, porém, quando precisamos desenvolver as aulas remotas, foi necessário uma adaptação e busca de alternativas para entender o mundo virtual com suas nuances totalmente contrária ao que estávamos acostumado (Direção Acadêmica, 2022).

Para ele, mesmo com as dificuldades enfrentadas no campo docente de se adaptar com todo arcabouço tecnológico, todo o esforço empreendido é visto de forma positiva, parafraseando o viés psicanalítico “a angústia sobre qualquer coisa nos move a uma ação”. E nesse movimento de recomeços, estruturar o retorno presencial pós-pandemia compreendendo que estamos com grandes desafios de reorganizar o currículo para atender dois momentos cruciais da nossa existência, pois estamos no presencial, porém, dando continuidade em alguns componentes curriculares de forma remota, foi pensada a organização das disciplinas distribuídas em ciclos contemplando as aulas práticas visando atender minimamente o calendário de aulas.

Um currículo que se move

Trazendo de volta o escopo desse texto, compreender o Currículo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IFBaiano, a partir da dinâmica pedagógica de assessoria das turmas e envolvimento nas discussões sobre processos de ensino e aprendizagem e ao mesmo tempo trazendo um recorte nessa discussão sobre como esse currículo se desenvolve na prática cotidiana, é perceptível que a escola em geral, ou um determinado espaço educativo sob qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente a cultura que se concretiza, precisamente, no currículo que transmite, assim, a própria complexidade dos currículos fortalece seu conceito como soma de exigências acadêmicas. Goodson (1995) entende isso como “a construção social do currículo”, visto que existe todo um percurso histórico para essa construção social no campo da escolarização.

Silva (2015, p.15) relata que é necessário compreender que toda discussão do currículo dentro de uma perspectiva histórica, traz elementos para se pensar quais questões uma teoria curricular ou um discurso curricular busca responder? e aponta para esta perspectiva:

(...) qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humano de educação? Será a pessoa otimizada e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do modelo estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizadas nas teorias educacionais críticas? A cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo.

Esse mesmo autor apresenta elementos importantes para refletir sobre a diversidade de propostas curriculares recheadas de saberes diversificados como sinaliza Moreira e Silva (2000, p.5), que “nas escolas não se aprendem apenas conteúdos sobre o mundo natural e social; adquire-se também consciência, (...) que comandam relações e comportamentos sociais”.

Todo educador precisa entender que currículo e formação compõem um dueto na sua prática pedagógica, conhecer o currículo é levar para a compreensão de uma renovada prática é dever do professor, pois, ele é tido como mediador do saber educacional. (SAVIANI, 1986), “a escola é o local que deve servir para os interesses populares garantindo a todos um bom ensino e saberes que reflitam na vida dos alunos e os prepare para a vida adulta”.

Como pedagoga e atuante na coordenação pedagógica do IF Baiano, faço reflexões sobre determinadas interpretações que são constantemente realizadas na aplicabilidade do Currículo Integrado, ainda prevalece a maioria que insiste em praticar a divisão do conhecimento através da fragmentação das disciplinas mesmo conhecendo a realidade dos alunos que tem uma carga horária de 08 horas diárias para estudar os 19 componentes curriculares, ainda dá conta de outros itinerários formativos atendendo a missão pautada no PDI:

(...) ofertar educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão. (PDI 2015 -2019).

Mesmo que a concepção pedagógica norteadora do desenvolvimento deste curso onde a perspectiva de formação humana integral, na qual: trabalho, ciência, tecnologia e cultura sejam categorias indissociáveis, é notória a dificuldade de trabalhar a proposta de integração dos conhecimentos para minimizar a falta de tempo no desenvolvimento de outras atividades já mencionada nesse texto.

Lopes (2001, p.5) defende que “a integração curricular contribui para favorecer processos de inserção social e de aceitação do modelo social vigente”. Isso posto, pelo próprio caráter

interdisciplinar do Curso Técnico em Informática, deve-se garantir a implementação dos saberes necessários para a execução de atividades profissionais segundo as exigências do mercado.

O currículo de um curso que integra Ensino Médio a Educação profissional, necessita de rearranjos necessários para conseguir um diálogo com as muitas disciplinas. Costa e Lopes (2011, p.181) chamam atenção para a ideia de interdisciplinaridade como expressando um dos sentidos do discurso de integração curricular posto em evidência pelas políticas para o Ensino Médio. Esses autores defendem o quanto a interdisciplinaridade vem assumindo, simultaneamente, a significação de elemento integrador no currículo e de reforço ao currículo disciplinar, com fortes evidências das marcas científicas dessa disciplinaridade.

Nesse contexto, outros caminhos passam a ser pensados a partir da integração de saberes, prática muitas vezes vivenciada nos cursos nesse espaço de formação no tocante ao desenvolvimento dos projetos realizados ao longo do ano letivo. Para (GATTO, 2019, p. 16) “não se aprende quando a vida é fragmentada em sessões que tem pouca conexão uma com as outras” Mesmo porque a partir dessas práticas, os currículos deixam de ser associados à transmissão do conhecimento e suas ordens passam a ser associados à produção de saberes.

Ao tratarmos sobre as práticas pedagógicas no cotidiano para transformação do indivíduo que frequenta a escola, é importante ressaltar que aprendizagem se dá a medida que os envolvidos tenham motivação na execução de seus papéis. “A aprendizagem torna-se um elemento essencial durante toda a vida do indivíduo” (DELORS, 2005, p.25) concordando com a importância do conhecimento na vida do indivíduo.

Nas andanças nos corredores da Instituição durante as demandas pedagógicas, trago como exemplo o caminhar na prática pedagógica do currículo integrado, especificamente no curso Técnico em Informática, é perceptível que a integração da tecnologia com a sala de aula não acontece facilmente, é necessário um planejamento, ações previamente pensadas pois a escola precisa ser redimensionada para atender as demandas atuais a disponibilidade de novos recursos tecnológicos sugere transformações nas atividades dos indivíduos sejam esses alunos ou professores.

Formar professores para a utilização da tecnologia educacional segundo Valente e Almeida (1997, p. 08) requer “condições para que ele construa conhecimento sobre as técnicas computacionais, entenda por que e como integrar o computador na sua prática pedagógica e seja capaz de superar barreiras de ordem administrativa e pedagógica”.

Diante das exigências decorrentes da presença das tecnologias digitais no contexto educacional faz-se necessário repensar o fazer pedagógico, de modo que atendam as necessidades

educacionais e as demandas trazidas pelos alunos para o contexto escolar. Nesse contexto, Mercado (1999) destaca a importância da formação docente no uso das tecnologias na sala de aula:

(...) a formação de professores, é exigido dos professores que saibam incorporar e utilizar as novas tecnologias no processo de aprendizagem, exigindo-se uma nova configuração do processo didático e metodológico tradicionalmente usado em nossas escolas nas quais a função do aluno é a de mero receptor de informações e uma inserção crítica dos envolvidos, formação adequada e propostas de projetos inovadores. (MERCADO, 1999, p. 20).

Cumprir destacar que no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Técnico em Informática no IF Baiano já está uma proposta de ensino que se caracteriza:

(...) pela dialogicidade dos atores (alunos e professores) e dos saberes práticos e teóricos, em que a formação técnica compreende intrinsecamente a dimensão humana que se concretiza através de algumas estratégias pedagógicas como: aulas interativas, por meio do desenvolvimento do projeto, aulas práticas, feira de ciências, etc. (PPC, 2019, p.34-35).

Todavia, mesmo que dentro do PPC esteja assegurado todo arcabouço para viabilizar as ações pedagógicas, muitas vezes as dificuldades de implementar essas propostas no chão da escola inviabiliza todo processo. Considerando essas questões, entende-se a necessidade de ressignificação do currículo no contexto prescrito e também praticado na formação do sujeito, uma vez que, esses são oriundos de uma geração cujo conhecimento acontece de forma dinâmica e não cabe mais um modelo de currículo resistente e repetitivo até porque a realidade é outra, a sociedade é outra e a educação precisa acompanhar dentro de seus currículos outras estruturas de movimento que traga outras possibilidades para pensar e fazer da escola um espaço acessível para todos.

Importante salientar que toda conceituação de currículo trazida até aqui só tem um real valor quando há a participação efetiva dos professores e dos alunos, ou seja, os sujeitos do contexto escolar na construção e na efetivação de sua versão, conhecido por Sacristan (2000) como “Currículo realizado” Nessa perspectiva, tomamos o conceito de currículo praticado (FERRAÇO, 2008), para definir as práticas que são construídas cotidianamente com alunos e professores no IF Baiano, compreendendo que é pelo cruzamento dessas diferentes práticas que se engendra o que tem sido percebido em relação ao currículo prescrito dentro da instituição.

Corroborando que, apesar de considerar o currículo prescrito uma fonte necessária para nortear o processo de ensino, é a interação da prática docente que imprime sentido e significado no espaço educativo. “[...] o currículo molda os docentes, mas é traduzida na prática por eles mesmos — a influência é recíproca” (SACRISTÁN, 2000, p. 164).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempo pandêmico, onde o medo, a falta de organização no que tange as questões sociais para enfrentamento dessa realidade, as instituições de ensino, esbarra em situações complexas para além das questões estruturas no processo de ensino, a falta de preparação pedagógica para atender as demandas, se transforma em uma avalanche de medos: medo de não corresponder as exigências tecnológicas, medo do aumento das desigualdades sociais, medo do atraso pedagógico que alcançam os jovens em idade de escolarização e acima de tudo, medo da morte. Sabendo das dificuldades implícitas no contexto das atividades remotas, Menezes et al. (2020) traz em sua fala que em toda proposta pedagógica “exige planejamento e invenção, sim, mas uma educação de qualidade, salvo exceções, não se sustenta com improvisação”.

Dialogar a proposta curricular praticada no IF Baiano-Campus Governador Mangabeira e sua reorganização para atender o retorno remoto é o que propomos nas reuniões do grupo de pesquisa, todas as leituras, construção de pensamento e formação de opinião converge para dinamizar o trabalho realizado no ambiente educativo, o movimento de compreender a necessidade de romper com um currículo arcaico a partir da escuta de diferentes atores nesse processo como: professores, pedagogas, direção-geral, direção acadêmica e coordenação de assuntos estudantes ampliou a necessidade de produzir a mesa redonda.

Nessa produção, foram explicitadas por cada participante suas ações e ficou claro que o trabalho desenvolvido em parceria se torna exequível, mesmo diante das circunstâncias adversas, desafiado do ponto de vista prático toda política pedagógica Institucional, visto que a nossa organização curricular, exige um esforço maior para atender de maneira burocrática o prescrito nas Instruções Normativas. Diante dessas orientações, o Campus passou a se movimentar para tornar o mais efetivo possível seu trabalho, conhecendo e enfrentando as condições objetivas nas quais atua e buscando nas necessidades individuais o que era necessário para que o coletivo caminhasse e por fim, apresentar para a comunidade acadêmica o que foi pensado, planejado e estruturado para esse momento crucial na história da educação, o retorno presencial.

REFERÊNCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo M. Educação planetária em face da globalização. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 47-56, 2002. Disponível em: <http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav5n102.pdf#page=47>. Acesso em: 01 julho. 2022.

COSTA, Hugo. H. C. & LOPES, Alice C. Integração, interdisciplinaridade e Geografia em propostas curriculares nacionais. *In:* Alice. C. Lopes, Rosanne. E. Dias, & Rozana. G. de Abreu. (Orgs.), **Discursos nas políticas de currículo Rio de Janeiro: Quartet**. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**. 2. Ed. São Paulo: editora 34, 1995.

DELORS, Jacques. **A educação para o século XXI: questões e perspectivas**. Porto Alegre. Artmed. 2005.

FERRAÇO, Carlos. E. Currículo, formação continuada de professores e cotidiano escolar: fragmentos de complexidade das redes vividas. *In:* _____. **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 15-42.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

FÜHR, Regina C. **Educação 4.0: impactos da quarta revolução industrial**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

GATTO, John. Taylor. **Emburrecimento Programado: o currículo oculto da escolarização obrigatória**. Campinas, SP: Kírion, p. 6, 2019.

GOODSON, Ivor. F. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1995.

LOPES, Alice. C. Competências na organização curricular da reforma do ensino médio. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1-20, 2001.

MENEZES, Crediné. et al. **Artigo: educação a distância no contexto universitário**. UFRGS, Porto Alegre, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-educacao-a-distancia-no-contexto-universitario/> Acesso em: 29 jun. 2020.

MERCADO, Luiz Paulo. L. **Formação continuada de professores e novas tecnologias**. Maceió: EDUFAL, 1999.

MOREIRA, Antônio. F. e SILVA, Tomaz. T. (org.) **Currículo, cultura e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL -PDI-2015-2019. Salvador: IF Baiano, 2019.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO TÉCNICO EM INFORMÁTICA DO IF BAIANO-PPC. Campus Governador Mangabeira. Bahia, 2019.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO- PPP- Campus Governador Mangabeira, Bahia 2016.

SACRISTÁN, José. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo, Cortez, Autores Associados. 1986.

SILVA, Tomaz. T. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO PELA DIFERENÇA

Elísio José da Silva Filho²

“Mudança de comportamento, mudança de pensamentos estruturais para pensamentos que se abram para as possibilidades (...) é um olhar para o futuro”.

(professor, EBTT)

Educação pela diferença

A escrita deste texto parte de dois convites realizados pela coordenação pedagógica do IF Baiano, Campus Governador Mangabeira. Na primeira ocasião tratava-se de uma Mesa-redonda para uma conversa sobre o retorno presencial às atividades escolares, interrompidas durante a pandemia e na segunda ocasião o convite veio como palestrante na abertura da Jornada Pedagógica para o ano letivo de 2022, o primeiro ano letivo pós-pandêmico, e talvez por isso assinalasse uma espécie de aura de um renascer esperado de que este novo ponto de partida pudesse/possa inscrever uma outra história para a educação como um todo, e mais precisamente no contexto da educação realizada no Campus Governador Mangabeira, uma escola técnico-profissionalizante da rede federal de educação básica. Iniciamos esta conversa observando quantos setores e pessoas entram em movimento para o retorno às atividades presenciais: direções geral, acadêmica e administrativa, setor pedagógico, assistência estudantil, e muitos outros. É necessário vislumbrar essa movimentação num momento que ainda exige cuidados.

A mesa-redonda surge de uma discussão que vem se descortinando a partir dos encontros do Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade do IF Baiano (GPECIF) e também do grupo de estudos com foco em questões práticas de um currículo. Dessa forma o corpo mais geral do grupo de pesquisa está debruçado nas questões teóricas e suas ligações filosóficas, enquanto que o grupo de estudos parte para as questões práticas de modelagens e possibilidades de ações curriculares para o

² Docente EBTT de Artes Visuais do IF Baiano Campus Governador Mangabeira; Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade do IF Baiano (GPECIF); Membro do Grupo de Pesquisa sobre Formação em Exercício de Professores (FEP/FACED/UFBA); Mestre e Doutorando em Educação do PPGE/FACED/UFBA.

cotidiano escolar. Não que tenha sido proposital esta divisão de tarefas, mas ocorreu quase que naturalmente e tem sido autocomplementar.

Este é o nosso momento de retorno. É como se ano letivo estivesse começando mesmo que o grupo de participantes da Mesa já estivesse em trabalho, pensando as estruturas físicas e o manejo dessa retornada. Neste sentido não tecerei comparativos ao que era antes ou mesmo durante a pandemia — embora algum momento dessa fala/escrita possa tangenciar a pandemia —, a ideia não é ficar discutindo esse passado, ou passado recente, mas sim, de fato, trazer uma perspectiva de futuro para movimentar o pensar dessa educação. Quero trazer um componente que está ingressando agora na minha tese de doutoramento em educação, em que discuto o currículo em suas possibilidades e perspectivas, sobretudo dentro do meu campo de formação em Linguagens, mais especificamente as Artes e quais semelhanças, quais sinonímias estou buscando entre Arte e Educação e o propósito de tratar disso, não só entre os meus pares acadêmicos, mas também entre os estudantes e nosso cotidiano.

O Brasil, país do passado

Desconstruindo a máxima de que o Brasil é o país do futuro — que se popularizou entre os anos de 1960-70, termo capturado dos escritos de Stefan Zweig no seu livro publicado em 1941, apenas um ano depois de ter chegado ao Brasil e se instalado no Rio de Janeiro, onde seria radicado. Ressaltamos que um ano é um prazo muito curto para certas predições, mas considerando que o autor deixara uma Áustria em guerra, a chegada ao Brasil esperava para ele um futuro —, nossa discussão de futuro revela, nas dobras, o oposto, o fato de que, em termos de educação, ainda somos um país do passado e que retrocedemos ainda mais no período em que atravessamos a pandemia, por isso mesmo é urgente pensarmos o futuro.

Este futuro da educação não é para daqui a 10, 20, 30 anos com carros voadores, mas um futuro imediato; esse futuro que é para amanhã, para a aula de terça-feira, para esta semana, para no máximo, semana que vem. Ainda há contingência e por isso precisamos pensar nesse futuro de formação imediata e, de certo modo, já com atraso. Também não se trata de uma educação do futuro das máquinas, já que ela (a educação) não visa somente pensar as incursões pelo campo tecnológico, pensamento muito frequente em torno de discussões escolares quando o assunto enuncia o campo da inovação.

O futuro das máquinas tecnológicas é um resquício do pensamento que alimentou a imaginação dos escritores do início do século XX. Se mergulharmos no universo desses autores da

primeira metade, a imagem de tecnologia: bits, aparelhos, teletransportes e muitas outras coisas, teve no cinema, nas décadas seguintes, o ponto alto de seu imaginário. O cinema podia materializar visualmente a imaginação literária e fazia crer na tecnologia das máquinas como uma forma de visão premonitória do futuro. Em escolas do país, como um todo, a ideia de futuro, muito ainda empregada, passa especificamente por equipamentos tecnológicos. Então nosso convite, em primeiro lugar, é pensar formas da educação agora, nesse nosso processo de existência, ainda que elas sejam amparadas por metodologias que tenham como foco a tecnologia ou outro segmento qualquer, não significa que seja a tecnologia o que vai determinar o sucesso dos nossos processos educativos. Muito embora o nosso ingresso na tecnologia seja compulsório, ele sozinho, não provoca uma mudança de comportamento, uma mudança no pensamento estrutural.

O segundo convite é para nos abirmos a todas as possibilidades de investigação do que é novo, ou do que pode vir a ser. Abrir-se para a investigação do novo é abandonar velhos modos de existir, pesquisar, ensinar que não alcançam as questões contemporâneas vivenciadas por nossos estudantes e que não sustentam mais a nossa prática escolar. É impossível ao professor estabelecer qualquer comparativo desse adolescente de agora, do século XXI, que não só nasceu mergulhado na dimensão tecnológica, mas também mergulhado em outras questões de mundo e sociedade, que sequer existiam até o final do século anterior. Quem éramos nós, hoje professores, quando éramos estudantes do Ensino Médio? As demandas do nosso período eram outras e bem diferentes das de agora. As formas de interação também eram outras e percebemos muito claramente isso, por exemplo, na forma dos jovens lidarem com as redes sociais. Ainda há muito de uma educação resistente, no sentido mesmo de uma manutenção de um pensamento arcaico, que não soube lidar, por exemplo, entre outras coisas, com processos de inovação permeados pela tecnologia como ocorreu durante o período de aulas remotas.

Desprender a escola das amarras do passado é o movimento que precisamos colocar em ação. A educação é um processo constante e não finito. Muito por isso, caímos comumente no erro de considerar que qualquer resultado seja finalístico, quando o resultado é apenas uma fração muito pequena do processo e que será alterado logo no próximo movimento. Portanto, não há conclusão, há movimento constante e movimento que direcione ao futuro. Este futuro não é certo, menos ainda definitivo. É a promessa de algo a ser alcançado, para ser transformado assim que chegarmos a ele. Não fosse assim, jamais alcançaríamos certos avanços, pelo menos materiais, e ainda assim permanecemos na busca por aprimorar estes materiais.

Enquanto o futuro não chega...

Podemos tecer ideias que incorporem as previsões de futuro. Uma delas é pensar o currículo e as formas de escola pela ótica da *Diferença*. Este, que é um dos conceitos-chave da filosofia, anteriormente visto com oposto à identidade, é revisto numa chave pós-estruturalista como constitutiva da identidade. Para Michael Peters (2000) não se pode afirmar que a identidade exista sem diferença, por compreender identidade em termos não essencialistas como um construto, e porque os construtos só produzem significado na interação de diferenças. Também, por não ser essencialista, traz consigo a noção de multiplicidade, na perspectiva que nos apresenta Tomaz Tadeu da Silva (2014,p.6) de que “não se pergunta mais o que uma coisa é, mas com quais outras coisas ela se junta (e como)”.

A velha máxima de que “em time que está ganhando não se mexe” cai por terra quando se compreende que a vida, potência de vida, acontece em movimento, em mudança, nas trocas.

A perspectiva de uma educação pela diferença e contra a repetição do ato vazio é a possibilidade que descrevemos aqui uma análise que se quer aprofundar para que ocorram transformações condizentes com a atualidade da educação básica e dos sujeitos atendidos por esta faixa da educação. O pensamento deleuziano de *diferença* e os apontamentos de autores com um viés deleuziano, como no caso de Sandra Corazza, propagam os conceitos diversos para currículos também diversos. Num texto de 2014 chamado “O que Deleuze quer da educação?”, Sandra elabora uma extensa lista de currículos e é interessante notar que todos eles cabem na escola. Não só cabem, como convivem, de fato, no cotidiano escolar.

Currículo-Louco; Currículo-Errante; Currículo-Ambulante; Currículo-Fluido; Currículo-Turbilhão; Currículo-Estrategista; Currículo-Ubíquo; Currículo-Imoderado, Currículo-Amoroso, Currículo-Dançarino, Currículo-Abalo, Currículo-Rebelde, Currículo-Bandido, Currículo-Balístico, Currículo-Hiper-Ativo, Currículo-Eros, Currículo-Itinerante, Currículo-Mar, Currículo-Intuitivo, Currículo-Anexato, Currículo-Força, Currículo-Problemático, Currículo-Aprendizado, Currículo-Aprendente, Currículo-que-aprende-ao-mesmo-tempo-que-ensina, Currículo-Vitalista, Currículo-Inimigo, Currículo-Violento, Currículo-Enigma, Currículo-Ignorante, Currículo-Aventureiro, Currículo-Desejante, Currículo-Ladrão-da-Paz, Currículo-Gangue, Currículos-Bandos (que movimentam os Currículos-Oficializados), Currículo-Clandestino, Currículos-Andarilhos, Currículos-Codificados, Currículo-Malta, Currículo-Certinho (que sempre tem uma porção marginal) e o Currículo-Maior sempre desestabilizado por Currículos-Menores. (CORAZZA, 2014).

Um dos maiores problemas é a constante tentativa de universalização e anulação da multiplicidade, desprezando por completo a imensidão destes *currículos nômades* elencados e de tantos outros que não estão nesta lista. A *diferença* deleuziana coloca em evidência a principal ação necessária ao momento atual e ao futuro pretendido, é necessário a *Diferença para educar na Diferença*. Os processos idênticos e homogeneizantes conduzem a repetição, esta, contrária ao conceito de repetição como exercício do aprimoramento. Uma bailarina, um atleta, um musicista repetem o exercício como um treino para alcançar o aprimoramento do movimento ou do domínio técnico, mas não significa fixidez daquilo que uma vez dominado perdurará imutável. O campo da permanência em repetição, do idêntico como fim, demonstra a dificuldade em aceitar a diferença e reconhecer o *mesmo* em suas pequenas mudanças progressivas. Processos contínuos de recriação — contrários à repetição como acerto em lugar da tentativa de aprimoramento — evocam a diferença que habita na repetição.

Este pensamento flerta com as perspectivas que transitam pelas chaves pós-moderna, pós-crítica, pós-fundacionista, pós-estruturalista e outras pós. A ruptura consciente com o velho (PETERS, 2000) que começa no modernismo, encontra nos *pós* a transformação radical dos sistemas e valores da modernidade. Sistemas e valores que não são fixos nem estáveis. Se na pesquisa, as chaves *pós* desenvolveram e propiciaram uma série de diferentes métodos e abordagens, o que pode fazer o pós-estruturalismo pela educação?

Pensando em *diferença*, o pós-estruturalismo não é um só. Não é uma escola de pensamento como conhecemos mais comumente. É um encontro de modos de pensar em que cada um funciona com sua própria lógica, mas tendem a considerar e enfatizar as noções de diferença, de determinações locais, de ruptura, de descontinuidade, mais ainda, numa crítica à repetição, se baseia numa ideia de desmontagem, de desmantelamento, de uma análise assíncrona das estruturas. Para o pós-estruturalismo nenhum sistema é absolutamente autônomo ou autossuficiente e também não é binário já que a diferença acontece no “entre”, no *intermezzo* (DELEUZE e GUATTARI, 2000).

Buscamos como perspectivas de educação, a *educação pela diferença*. Sandra Corazza realizou uma escrita potente e discute possibilidades diversas no campo pós-qualitativo, que é um campo que está se descortinando com maior evidência nas discussões acadêmicas, exatamente agora. Sandra traz o que ela chama de *didática da diferença* e para entendermos esse processo precisamos entender a *diferença* em Deleuze. Sandra aborda não só a *didática da diferença*, mas também o que ela chama de *didática da tradução*, como também nos seus últimos textos em 2021, algo que ela designou como *sonhografia*. Isso apenas para pensarmos filosofia, didática, sonhos no campo da *diferença*, como possibilidades teóricas numa chave pós-estruturalista.

Entender a *diferença* é pensar a diferença e repetição em Deleuze para, justamente, conseguir produzir uma didática como uma forma, procedimento, o *como eu ensino*, quais são as modelagens que eu utilizo. Deleuze esboça o que é repetição e reforça que, o que não é repetição é *diferença*. No próprio ato da repetição habita a diferença e é na diferença que fazemos desencadear nossa discussão. Quando lembramos nossos processos educativos, percebemos que viemos de uma educação da repetição; e de uma repetição que não é boa. Não é uma repetição para a ampliação dos sentidos, para o aprimoramento. Infelizmente, tem sido uma repetição pela repetição. O Professor-Cópia que “representa e rerepresenta” (CORAZZA, 2014) o Modelo (sistemas, políticas, operações de repetição) de maneira a “repetir o seu agir, fazer, dizer, pensar, sentir” (p. 20). Um fato frustrante é que esse Modelo de professoralidade encontra eco nas performances do mercado da educação (FLOR e SILVA Fh., 2020) e tem servido para a manutenção da repetição, sem abertura de espaço para o novo.

A partir de um momento de ruptura mais intensa com uma modelagem física de escola, como ocorreu na pandemia, também tivemos que entender que a aula não deixou de existir, que os processos não deixaram de existir, a escola não deixou de existir. Mas ela passa a existir e conviver de outro modo, de um modo diferente. Não estamos falando aqui sobre ganhos ou prejuízos. Não é essa a intenção da discussão; mas é, como, a partir do diferente, começamos a construir outras possibilidades para a educação. Então, a partir de agora, devemos pensar que nesse retorno presencial, a condição da existência da escola e da educação, precisa se dar no campo da *diferença* e não mais no campo da repetição. Porque a repetição que não marca a *diferença*, uma repetição que não gera a novidade do aprimoramento, não funciona mais. O que eu quero dizer com isso, é que o processo que apenas se repete não gera movimento. Sem movimento, a vida, em sua potência, não acontece.

A repetição, em certos termos, é importante, como afirmamos: um atleta ou um músico repetem seus exercícios. Mas há uma intencionalidade específica nesta repetição. Tal repetição se converte em aprimoramento, melhorando a cada vez a qualidade do movimento. Então, em algum momento, a diferença o alcança, ou ele alcança a diferença. Porque se pensarmos numa perspectiva pós-estruturalista, tudo está para o jogo. Tanto posso encontrar a diferença, quanto ser encontrado por ela. Deleuze faz um diagnóstico do que ele chama de Princípio de Identidade em que estamos sob jugo e orienta seu pensamento no sentido oposto, mas nos deixa uma janela aberta que é o devir simulacro. Sandra Corazza estende o devir simulacro ao professor e afirma que é desse devir que o professor “tira a força da sua imanência dos conceitos nietzschianos de Vontade de Potência e Eterno Retorno, que não repetem o Mesmo, mas que, a cada repetição, produzem a Diferença Pura”.

(CORAZZA, 2014, p. 20; 22). É nessa perspectiva que faço a defesa de que é preciso pensar nesse campo aberto.

O que pode um pensamento pós-estruturalista?

Ainda que se tenha a repetição, já que a escola em si, como elemento físico, não vai sofrer tanta alteração — a ideia do prédio, seu funcionamento, grande parte das aulas, como o aluno chega na escola —, outros elementos podem colaborar com o processo da diferença. Uma das principais contribuições do pós-estruturalismo está em grande parte na pesquisa e suas práticas. O pensamento pós-estruturalista permitiu que uma gama de temas anteriormente circunscritos às margens dos grandes campos de pesquisa, passassem a ser observados com maior acuidade e trazidos para zonas centrais de discussão. Justamente por serem temas que migram das margens para o centro, as formas de tratamento desses temas não eram alcançadas por paradigmas tradicionais. É nesta brecha que os estudos pós-estruturalistas encontram seu maior potencial discursivo, fazendo também com que surgissem outros modos de tratamento nas pesquisas. Com isso queremos pensar o que, das práticas de pesquisas de chaves pós-estruturalistas podem ser trazidos para o nosso ambiente escolar e nos forçar a repensar a escola, nos forçar a repensar a educação.

Um pensamento pós-estruturalista é, em princípio, um rompimento com o velho, e aqui situamos o velho como as modelagens tradicionais de ensino. Não nos interessa repetir, manter a mesma educação. Se a velha educação não entrega aprendizagem, que é o mínimo, como resultados; como promoverá mudança na perspectiva escolar com resultados que ampliem os horizontes, que ampliem a esfera sensível do ser (COELHO, 2000)? Uma educação sem transformação se torna frustrante, como também o é para o professor. O trabalho do ensino cai no espectro da repetição. Por isso, a presença da perspectiva pós-estruturalista apresenta-se como uma ruptura consciente com o que é velho.

Uma importante contribuição das chaves pós-estruturalistas aplicadas à educação é favorecer uma transformação radical através de uma multiplicidade de caminhos. Já que nenhum sistema, por mais bem estruturado que seja, nunca será autossuficiente, ele nunca conseguirá, sozinho, obter resultados porque nada é fixo, nada é estável. Tudo é mutável, tudo está em constante transformação e nesse aspecto, nós, escolas, educação, meio ambiente... tudo e todos estamos em transformação. Não há garantia — aliás, garantia, é uma palavra perigosa, mas muito vendida —, de um sistema unívoco que realmente funcione. Pelo contrário, na transformação radical entendemos que se tudo está sempre se transformando, e que por isso mesmo, o que fazemos hoje não é a mesma coisa de

amanhã no fluxo das transformações, que garantia pode ser dada ou sustentada se tudo pode mudar logo em seguida? E quanto tem mudado! Se pensarmos a história do mundo, nesta segunda década do século XXI, acompanhamos uma profusão de mudanças. Quem convive com a internet, por exemplo, viu o crescimento absurdo de conteúdos de informação, de manejo de trabalhos, do quanto migramos para esse ambiente dito virtual. Tudo isso é uma constante e a educação precisa fazer essa aproximação às mudanças. Mas não conseguirá fazê-lo por vias que não sejam num campo de pensamento pós-estruturalista, já que ele pode nos gerar melhores resultados do que uma aproximação dentro de um pensamento de manutenção, de repetição, de retenção como tem acontecido.

Tratando da ambiência escolar ou de formas de educação, um retorno presencial que possa romper com essas estruturas de congelamento e trazer um pensar/agir pós-estrutural, pensar nos estágios avançados ou no ultrapassamento dessas estruturas fará toda a diferença nos nossos contextos de educação escolar. Não se trata de negação, mas de um rompimento. É necessário e urgente, pensar e agir com novas possibilidades por reconhecermos que as modelagens em curso não vêm conseguindo fazer a escola avançar de maneira mais efetiva. Com pouquíssimas exceções, a maior parte das escolas públicas de educação básica ainda padecem em seus métodos (se é que há) e se valem exclusivamente da repetição. Num sentido deleuziano, deixamos as estruturas molares para abraçarmos uma educação molecular e uma sabedoria nômade, não institucionalizada e “menor”. Paola Zordan (2014), nos convida, inclusive, a abandonar a ideia tácita de conhecimento e aderir às forças para obtenção de um novo modo de vida (p. 42).

O conhecimento é algo dado, mas não explora, nas nossas escolas, os caminhos e rizomas que geram o conhecimento. Ainda pior do que a ausência dessa exploração, dessa investigação, é o fato de que uma vez alcançado esse dito conhecimento, ele passa a ser calcado no mesmo, na repetição, nas analogias, na identificação que não pode gerar diferença, fazendo com que exista e perdure “toda uma estrutura molar que impele o sujeito a conduzir-se de acordo com o esquemas-padrão”. (ZORDAN, 2014, p. 42).

A pesquisa de tradição positivista dá como determinada todas as formas de se constituir e até as predições de resultados. Ou seja, faz-se uma pesquisa para referendar algo dado. Nas pesquisas com características pós-estruturalistas se consegue desenvolver uma série de métodos e de novos procedimentos que antes não eram pensados pelas abordagens existentes. O surgimento da pesquisa pós-estruturalista pensa suas abordagens na mutabilidade e na multiplicidade. Por isso, trazer o pensamento pós-estruturalista para os currículos escolares é pensar nas convivências de métodos e modos de fazer educação já que as multiplicidades funcionam de modo diverso em suas próprias

lógicas em convivência umas com as outras. O que não quer dizer que não tenha objetivo, mas sim, que não tem um padrão, não se tem uma coisa que se assume como uma afirmação determinante e unívoca. Também sem dicotomia, aquilo é bom ou ruim, aquilo funciona ou não funciona. Simplesmente colocamos o pensamento no jogo, no movimento. Inclusive com movimento discursivo.

Num dos encontros do grupo de estudos, apresentamos uma modelagem de curso, rabiscado há um tempo, como uma possibilidade a ser discutida e não como uma nova forma de prática curricular que deveria ser seguida. Inclusive neste aspecto pensamos numa perspectiva favorável a que mais de uma forma de ensino seja praticada no ambiente escolar. Num campo de experimentação pós-estruturalista pode-se pensar no desenho antes da escrita do currículo, por exemplo, pensar na modelagem, até vir a aplicar essa modelagem, sem ter que teorizar primeiro sobre ela. É no andamento, no movimento que se teorizam as bases que constituirão o pensamento em um campo metodológico aplicado, que pode ou não ser mantido, porque é feito dentro do espaço de educação em que o que está em jogo, é o jogo. O que está em jogo é a tentativa e não o acerto. Estamos falando sobre colocar em teste todo o tempo, e cujo objetivo é o aprimoramento e não o acerto, dado que não haverá final estável. Colocar em teste constante é importante porque a escola estanque, paralisada, não deixa o aluno, o ensino, a aprendizagem e conhecimento acontecer. Essa é uma preocupação nossa, inclusive em discussões que permeiam os centros dos debates em educação neste momento.

Este pôr em *teste frequente* não fragiliza a escola, pelo contrário, é possibilidade, igualmente constante, de ajustes. E ajustes estes, que rompem com as hierarquias tradicionais. Se o currículo é produzido para atender os estudantes, por qual motivo os estudantes não participam dessa produção? Neste momento da escrita da tese de doutoramento em educação faço uma mudança na forma de trazer o estudante para o currículo chamando-os de *não-alunos* ou *não-estudantes*. Isso provoca uma quebra na hierarquia justamente por causa das condições estruturais que sempre colocaram uma limitação, inclusive espacial, entre professor e alunos como seres em separados dentro do mesmo campo de ambiência. Afirmamos assim uma fragmentação, uma quebra das hierarquias. Isso não significa que o professor perde espaço frente a presença desse *não-aluno*. Significa a presença desse outro no ambiente, de forma que ela não é tida ou lida como alguém menor e o professor como alguém maior.

Destacamos duas situações ou duas críticas que eu pós-estruturalismo faz aos outros processos: uma é, justamente, que se nenhum sistema é absolutamente autônomo, ele não pode subsistir e ele não dá conta sozinho; então precisa haver as *diferenças*, inclusive no plural. A segunda

é que, o que é anterior ao pós-estruturalismo está sempre numa dicotomia ou no binarismo: bom/mal, bonito/feio, professor/aluno; e as discussões pós-estruturalistas não acontecem nas extremidades, ela acontece *entre*; é isso que interessa. O que ocorre entre o bem e o mal; o que ocorre no espaço entre professor e aluno? É nessa janela, é esse tempo, é esse fluxo que nos interessa e não os determinismos. O que acontece no *entre* é, de fato, o que acontece. Nos extremos temos aluno e professor; no *entre* temos o *não-aluno* e podemos pensar e produzir uma figura de um *não-professor* e assim conseguimos um ambiente de um diálogo mais horizontalizado, de uma *conversa da diferença*, de uma *didática da diferença*. O pós-estruturalismo é um campo/ação de ruptura, de descontinuidade para não continuar em processos de repetição. É importante pensar em currículos que sejam movimentados pela diferença para esse retorno presencial. Pensar a diferença, na diferença e como será a escola para este momento.

Algumas pistas possíveis

Se deixássemos ao final uma lista de ações incorreríamos no erro, possivelmente, de invalidar o que foi construído no texto até aqui. Mas não podemos nos eximir de pensar possibilidades que impactam de forma mais positiva o campo da educação, mesmo sabendo que toda ideia pode ser mudada ou transformada na nossa próxima conversa. O retorno às atividades de aulas de forma presencial depois de dois anos de pandemia, nos convocou a pensarmos como será a próxima fase desse *jogo jogado* (BUMHAM, 1993). Algumas condições se tornam essenciais (e não essencialistas) para que este retorno descortine, também, uma nova escola e uma nova educação. Neste texto apontamos como possibilidades a perspectiva de uma adesão às chaves pós-estruturalistas e um abraçamento à *diferença* numa perspectiva deleuziana.

Complementamos este apontamento com Herbert Read (1986) que nos fala de uma educação para unir e não para dividir e amplia seu pensamento numa educação com referência as coisas, que como ele nos esclarece, diz muito mais sobre uma entrega física ao ato de aprender do que a um processo de abstração, este último o mais empregado nas escolas em geral. Ou seja, há pouca participação do estudante num plano físico da forma de fazer e viver educação e escola, e muito de conteúdos num campo de abstração científico-fantasiada, podemos dizer. Talvez por que seja mais barato às escolas (esta seria uma outra discussão). Mas falando na prática, para Read, a educação deveria se fazer pelas Artes, pelo movimento físico da ginástica (resguardando aqui a época em que o Read publica a primeira versão do texto), dos jogos criativos e complementa: “ela (a educação) deve se realizar mais sob a égide de Dionísio que de Apolo” (READ, 1986, p. 13, grifo meu). Assim,

a minha defesa é que esta educação pode se dar em princípio pelo campo das Artes; pensada por perspectivas pós-estruturalistas. Perspectivas estas, muito presentes no pensamento e procedimentos artísticos.

Mas esta não é única contribuição de Read. Ele nos apresenta ainda duas formas de pensar o indivíduo, que precisam ser colocadas em campo para esta próxima fase do nosso jogo da educação. Ele nos fala de um *crescimento individual* que vem embutido no pensamento social padronizado que destrói a graça e o vigor, mas que é aceito em sua totalidade quase sem resistência; e, de uma *iniciação social* que constitui uma pessoa livre, mas que vive às turras com um mundo em que não se encaixa. Não que existam apenas essas duas formas de estar no mundo, mas sendo as mais comuns, são as que chegam em maior volume às escolas e com isso gera um campo de forças conflituoso para lidar como educadores e instituição: seguir a facilidade do modelo pronto do padrão ou alçar para mundo da pessoa livre e enfrentar adversidades, de um mundo, em prol de uma educação *diferente*? Para o primeiro modelo está estabelecida e conformação do Método Científico que mede, classifica e entrega uma síntese. Pronto. Trabalho feito. É só ir para casa e amanhã voltar e repetir. No caminho dos processos em andamento encontramos um Método Estético que é subjetivo, imaginativo e que tem sua existência e ação nas atividades criativas. Para este conflito Read afirma que “a arte, pode-se dizer, é um modo de educar” (1986, p. 21).

Por fim, evidenciando a necessidade da diferença, buscando uma educação molecular, educação e escolas como espaços em que participam professores e alunos como parte desse organismo vivo e para a vida, convoca esses participantes a um constante criar. “Criar é sempre criar o novo, o novo como pensamento, o novo que nada mais é que uma nova possibilidade de vida” (ENGELMAN, 2014, p. 58). O professor-simulacro, o devir aluno e até certo niilismo radical estão presentes na perspectiva da *diferença* como possibilidade pedagógica e como ambiência escolar. Mas, sobretudo pensar a educação como um fluxo e não como um código.

REFERÊNCIAS

- BUMHAN, Teresinha Fróes. **Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade**: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. Em Aberto, Brasília, v. 12, n. 58, p. 3-13, 1993.
- CORAZZA, Sandra. **O que Deleuze quer da educação?**. In: AQUINO, Julio Gropa; REGO, Teresa Cristina. (Orgs). Deleuze pensa a educação. São Paulo: Segmento, 2014. p. 17-27.
- COELHO, Teixeira. A cultura como experiência. In: RIBEIRO, Renato Janine. (Org.). **Humanidades**: um novo curso na USP. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 65-101. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2ed, 2000.

ENGELMAN, Selda. **No cinema com Deleuze**. In: AQUINO, Julio Gropa; REGO, Teresa Cristina. (Orgs). Deleuze pensa a educação. São Paulo: Segmento, 2014. p. 38-47.

FLOR, Márcio Vila; SILVA Fh, Elísio José da. Os contextos de influências e a formação de professores nas novas políticas curriculares. XX ENDIPE. **Anais de evento**. Rio de Janeiro, 2020. p. 1542-1548. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/18hpaAUxxXxxcGsAS-dWtMymWeASu_IJi/view. Acesso: 28 jun. 2022.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**: uma introdução. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

READ, Herbert. **A redenção do robô**: meu encontro com a educação através da arte. São Paulo: Summus, 1986.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas – SP: Autores Associados, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Tinha horror a tudo o que apequenava**. In: AQUINO, Júlio Gropa; REGO, Teresa Cristina. (Orgs). Deleuze pensa a educação. São Paulo: Segmento, 2014. p. 38-47.

ZORDAN, Paola. **Criação de planos**. In: AQUINO, Júlio Gropa; REGO, Teresa Cristina. (Orgs). Deleuze pensa a educação. São Paulo: Segmento, 2014. p. 38-47.

CAPÍTULO 3

IMPLICAÇÕES DO ENSINO REMOTO AO PROCESSO EDUCATIVO NO RETORNO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR PEDAGÓGICO CRÍTICO

Luciene da Silva Santos³

(...) “O pensamento crítico é algo essencial na formação do indivíduo. Através dele, somos capazes de refletir, avaliar e analisar fatores internos e externos, melhorando a capacidade de decisão e resolvendo problemas de forma assertiva”.

(Pedagógico)

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

A adesão ao ensino remoto em virtude da necessidade de distanciamento social devido à pandemia do novo coronavírus, gerou implicações ao processo educativo num sentido amplo à apropriação do conhecimento, à permanência e desenvolvimento educacional dos/as estudantes dos cursos técnicos integrados e subsequentes da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), do Campus Governador Mangabeira do IF Baiano.

Tais implicações têm exigido, no retorno presencial, uma postura mais criteriosa por parte da Unidade de Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito (UAPE), mediante direcionamentos didático-pedagógicos para minimização dos impactos do período de distanciamento, na ação de acompanhamento da prática pedagógica e da construção da aprendizagem. As discussões trazidas neste artigo têm o objetivo de produzir reflexões críticas acerca do ensino remoto, suas consequências ao processo educativo, demonstrando o olhar e as proposições do corpo pedagógico na retomada das atividades presenciais.

³Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IF BAIANO), Especialista em Gestão e Planejamento Educacional (Universidade Cândido Mendes), graduada em Pedagogia (UNEB).

A conclusão das determinações analisadas conduz à constatação de que o processo de ensino remoto causou atrasos educacionais aos/às estudantes, ao confrontarem com uma “formação” à distância, sem as condições necessárias, a julgar pela carência de recursos tecnológicos compatíveis e tantas outras; tendo implicado na atividade docente na medida da adoção repentina de uma nova didática, diversa da prática cotidiana, sem formação para tal, e no trabalho da unidade pedagógica que não dispunha da dinâmica necessária de acompanhamento, diante das inúmeras questões envolvidas no processo de ensino-aprendizagem – esses fatores desencadearam uma série de contradições ao percurso educativo, cujos efeitos ecoam após retorno do ensino presencial.

As reflexões apresentadas neste artigo são fruto das discussões da Mesa-redonda intitulada *Possibilidades Curriculares e Estruturais no Retorno Presencial do IF Baiano Campus Governador Mangabeira*, proposta pelas pedagogas do *Campus*, quadro de que faço parte, e abraçada pela direção geral, direção acadêmica, pela coordenação de assistência estudantil, com a colaboração de um professor-pesquisador do *Campus* que atuou na mesa como palestrante do tema principal. A iniciativa de realização da mesa redonda se deu na tentativa de demonstrar ações de reorganização estrutural e de adequações curriculares para o retorno das atividades presenciais no pós-distanciamento social, à vista da melhoria dos espaços físicos do *Campus* e do empenho ao replanejamento didático-pedagógico, como possibilidades para o trabalho educacional no processo de retomada das atividades peculiares de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, numa visão crítica pedagógica, o intuito principal da realização da mesa-redonda não foi apenas o de discorrer sobre as iniciativas e a preparação organizacional do corpo diretivo e pedagógico para o recomeço de atividades pós processo de isolamento social, mas sobretudo, o de demonstrar que estávamos imbuídos na reflexão sobre a fase de transição do ensino remoto para o formato normativo presencial, sem desconsiderar com isso, os impactos do regime de trabalho remoto sobre o regime regular de ensino que estava em vias de reinicialização, tendo em vista o pressuposto da consolidação da formação escolar mediada pela interação social concreta. Dito isto, concorda-se com o pensamento de Saviani e Ana Galvão (2021), ao salientarem que a educação à distância não pode ser interpretada como um equivalente ao ensino presencial.

Via de regra, neste artigo, reforçar-se o viés de entendimento do percurso de formação escolar como processo educativo relacional permanente, por isso, a consideração dos impactos da introdução do ensino remoto, especialmente no campo da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), que em sua natureza epistemológica-política-social, foi pensada na articulação indissociável entre teoria e prática, qual fundamento emerge da práxis social educativa com base na

concepção do trabalho enquanto princípio educativo e da formação humana integral na relação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Assim, busca-se produzir reflexões críticas a respeito do processo de ensino remoto nos limites da EPTNM, de forma mais específica no *Campus* do IF Baiano de Governador Mangabeira, tratando em particular do ponto de vista do trabalho de acompanhamento pedagógico, considerados os fatores intervenientes para formação sócio técnica, as condições, demandas e entraves no atendimento adequado aos alunos, em face da atenção às suas mais variadas necessidades e dificuldades socioeducacionais, as quais exigem efetividade real de orientação e acompanhamento, bem como, demonstrar as proposições e direcionamentos do corpo técnico-pedagógico para retomada das atividades presenciais, tendo em conta os determinantes do processo de ensino remoto que por seu caráter excepcional e pelo contexto histórico e político em nossa sociedade, inevitavelmente trouxe repercussões ao trabalho didático-pedagógico presencial, como forma regular institucionalizada para a formação profissional técnica de nível médio.

Implicações do ensino remoto ao processo educativo no campo da educação profissional e tecnológica no contexto da pandemia

O contexto histórico atual, marcado por uma pandemia que atingiu mais de 270 milhões de pessoas em todo planeta e retirou até o presente tempo mais de 14,9 milhões de vidas, de acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), modificou as formas de existência, e em seu desdobramento, atingiu todos os setores da sociedade ao redor do mundo, impactando consequentemente na organização pedagógica dos ambientes escolares.

No Brasil, a pandemia atingiu mais de 23 milhões de indivíduos, com um número que já ultrapassa, até então, mais de 670 mil mortes e segue aumentando. O cenário no país é dos mais desoladores a nível social, econômico e de saúde pública, ainda mais, pelas trágicas consequências na forma da condução irresponsável do governo Bolsonaro em face de um vírus letal, que em seu processo inicial de contágio no país, fase crucial ao enfrentamento imediato, foi levemente descaracterizado como a tratar-se de uma “gripezinha”, traduzindo o negacionismo à ciência, a indiferença aos riscos de transmissão e mortandade, e uma inconsequente ausência de coordenação de medidas sanitárias adequadas que fossem articuladas em todo território nacional para maiores chances de contenção de transmissibilidade do vírus, junto à falta de uma política socioeconômica eficaz direcionada aos mais vulneráveis socioeconomicamente, aos que perderam seus empregos e aos que já se encontravam desempregados, os quais tiveram ainda mais acentuadas suas dificuldades

de manutenção da sobrevivência dentro do caos econômico e social já estabelecido antes da pandemia, além da adoção da propagandeada campanha anti-vacina, fatos denunciadores de um descaso pelo bem-estar do povo, assumido com incentivo à imunidade de rebanho, sem levar em conta o alto grau de mutabilidade do COVID-19 em seu perfil de alastramento pandêmico.

Somado ao quadro do negacionismo ideologizado, na ausência de medidas coordenadas de controle epidemiológico, junto aos reveses socioeconômicos, foi dada vazão na gestão federal à investimentos de dinheiro público na compra de medicamentos cientificamente comprovados como ineficazes ao tratamento do COVID-19, distribuídos em postos de saúde e até em hospitais chamado “Kit-COVID”, o que reforçou a demora na compra das vacinas regulamentadas pelos órgãos de pesquisas e controle sanitário, como a Anvisa e outros, os quais foram sumariamente colocados sob suspeição, perante a reiterada campanha anti-vacinação promovida pelo governo, em sua representação máxima, que ao contrário, deveria ter assumido uma atitude cuidadosa, criteriosamente com base científica no enfrentamento ao vírus, com uma postura de compromisso social-humanitário, em especial aos mais carentes.

No entanto, vimos que isto não ocorreu, havendo uma ingerência sistemática, com troca de ministros da pasta do Ministério da Saúde à propósito de discordâncias no trato à situação calamitosa, todavia, perpetuando a ausência de medidas à altura do controle à uma pandemia, cujos efeitos foram caóticos em termos da saúde pública, da política econômica, e das condições adequadas para manutenção de serviços essenciais, não só sanitários, mas sociais, como educação presencial.

Em referência aos números diretamente relacionados à educação na pandemia, dos aproximadamente 56 milhões de alunos matriculados no ensino básico e superior no Brasil, 35% (19,5 milhões) tiveram as aulas suspensas, enquanto que 58% (32,4 milhões) passaram a ter aulas remotas, sendo que na rede pública, o fator complicador foi o de que 26% dos alunos não possuíam acesso à internet para as aulas online. Estes dados foram apontados em 2020 pela Agência Senado e evidenciam o quanto a educação foi afetada, especificamente no ensino público.

Tomando os dados acima, vê-se que os números que correspondem à esfera pública, no que se refere à acessibilidade digital, mostram a realidade da falta de compromisso e uma profunda desigualdade na educação da camada popular da sociedade. O aceno à questão da acessibilidade digital está ligado à crítica que fazemos aqui ao ensino remoto. Em condições compatíveis devidas, o ensino remoto precisaria de uma política conveniente ao acesso digital para ser posto em prática. Por

outro lado, o acesso digital, já deveria ser a muito tempo um determinante acessível nas escolas públicas brasileiras, independente do formato de ensino.

Considerado, para tanto, o momento especial de isolamento na pandemia, o acesso aos ambientes virtuais deveria ter sido propiciado em posse de equipamentos adequados – não apenas por aparelhos celulares, e sim por meio de tecnologias mais necessárias, como computadores – havendo disponibilização de acesso à internet de qualidade, com tempo de preparação mais eficiente para uso dessas tecnologias tanto pelos alunos como pelos docentes e demais profissionais da educação, devendo estes dois últimos segmentos, terem sido melhor preparados para lidarem com trato pedagógico na adoção de metodologias mais condizentes às aulas e atendimentos em plataformas virtuais e no uso de recursos tecnológicos digitais.

Essas inferências dão também uma mostra das implicações das aulas remotas no Brasil de um modo geral. O ensino remoto – gênese oriunda da modalidade de educação à distância, frequentemente adotada por instituições privadas, associadas ao modelo de formação que atenda de pronto ao regime do trabalho flexível, como exigência do mercado por mão de obra qualificada, que não dispõe de tempo nem condição para se dedicar aos estudos presenciais, sendo uma alternativa de qualificar-se – no contexto da pandemia, foi o recurso pedagógico utilizado, pelo impositivo emergencial de distanciamento social, como meio de continuidade dos sistemas de educação na oferta do ensino.

Contudo, pela forma abrupta com que teve que ser implantado, e dado o pouco investimento em políticas educacionais que ofereçam acesso irrestrito às tecnologias de informação e comunicação, e também de formação mais geral aos profissionais da educação no trato à questão da EAD enquanto modalidade educacional, gerou uma desqualificação na formação escolar em geral, cujos resultados contraditórios e distorcidos estão sendo sentidos ao se retomar as aulas presenciais.

Esses resultados, tiveram um forte impacto nos meandros da Educação Profissional e Tecnológica, como pudemos observar em nosso *Campus*. E para completar os impactos, o governo Bolsonaro deu continuidade à política de cortes no orçamento, que atinge tanto os Institutos como as Universidades Federais, posto em curso desde o início da gestão em 2019 e que segue na linha estranguladora dos contingenciamentos. O último montante de corte financeiro ocorreu recentemente no final de maio/2022, e foi da soma de R\$ 3,2 bilhões, só sendo disposto para possível liberação a metade dessa verba, ou seja, R\$ 1,6 bilhão, como foi anunciado pelo Ministério da Educação, que também já sinalizou mediante o previsto pelo setor econômico do governo, um total de cortes das despesas discricionárias de R\$ 7,2 bilhões para 2022, exatamente num contexto em que as

instituições federais de ensino retomaram suas atividades presenciais. Esses dados constam no portal da Câmara Legislativa Federal, que trata sobre Educação, Cultura e Esportes.

A Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior) e o Conif (Conselho Nacional da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica), nesse percurso recorrente de contingenciamentos de recursos públicos, atuam e insistem em diligências, com manifestações periódicas direcionadas ao MEC para que o órgão de Estado possa reexaminar a prática exacerbada de bloqueios que inviabilizam drasticamente o funcionamento das instituições federais de ensino. Em meio a esse regime de supressão orçamentária, não cessam as denúncias de tráfico de influência e corrupção na liberação de recursos do MEC, que acusa o ex-ministro deposto do cargo, junto a aliados, gerando um escândalo amplamente veiculado nos noticiários, que envolve propinas em barras de ouro por troca de favores na disponibilização de verbas a prefeituras do país, o que sugere em tipificadas violações no código de responsabilidades administrativas e fiscal e estão sob sigilo de investigação.

Sobre o cenário alarmante dos contingenciamentos nos Institutos e Universidades Federais, acrescenta-se os soldos do ensino remoto num processo de pós-pandemia, podendo-se antever uma marcha que dá indícios às privatizações, como denunciam Saviani e Ana Galvão:

Aprofunda-se, assim, a tendência do processo de conversão da educação em mercadoria, na esteira da privatização que implica sempre a busca da redução dos custos, visando ao aumento dos lucros. A docência “uberizada” terá na experiência do “ensino” remoto uma alavanca a serviço dos interesses mercadológicos pós-pandemia e também convirá aos reitores que estiverem buscando uma “saída” para a crise orçamentária que vivem as instituições de ensino superior, cada vez mais estranguladas pelos cortes aplicados pelo governo federal (SAVIANI e Galvão, 2021, p. 39).

O panorama imposto pelos cortes na educação federal, forçosamente gerou demissões no quadro de servidores terceirizados que atuavam em setores imprescindíveis nas instituições, especialmente na segurança, na limpeza, nos serviços gerais como refeitório e manutenção, e na assistência administrativa. Isto tem acarretado em sobrecarga de trabalho aos poucos funcionários ainda existentes, os quais estão em condições cada dia mais precarizadas de trabalho, extenuando suas forças ao darem conta de serviços que necessitam de mais pessoas. As demissões pedem um esforço enorme das direções para manter em funcionamento os serviços básicos. Os dirigentes, inclusive, precisam recorrer diuturnamente às ajudas financeiras de emendas parlamentares de deputados para tentar fomentar o prosseguimento de atividades acadêmicas, de estruturação física, de pessoal, estoque de equipamentos, manutenção de transportes e de laboratórios, entre outros. E isto, cria dependência ao campo político partidário.

Nessa conjuntura, pelo caráter da formação médio-técnica englobada nos currículos dos cursos dos Institutos Federais, os quais preparam para inserção no mundo do trabalho, os reveses dos cortes financeiros em plena pandemia e mais no retorno das aulas presenciais, preocupam bastante e interferem na boa condução acadêmica, na qualidade do trabalho escolar em totalidade, tendo em vista que em sua práxis, requerem toda uma estrutura física e pedagógica voltada para aulas experimentais, práticas, de laboratórios, de campo, de visitas técnicas, e de observações. Atividades estas que foram interrompidas durante o ensino a distância (remoto), algumas por completo e outras em grande parte, causando uma lacuna incomensurável à formação dos estudantes.

Junta-se a esses fatores, a interposição contraproducente durante o exercício da prática de atividades remotas na dinâmica de acompanhamentos e atendimentos das equipes multidisciplinares, cujos serviços em suas naturezas fundamentais perderam-se em essência dentro daquilo de que se ocupam na organização didático-pedagógica institucional. Sem contar que estas equipes, desde sempre, são em número bastante desproporcional ao contingente de alunos e de docentes, um público que requer atendimento individualizado em variáveis frentes, uma vez consideradas que as necessidades de atendimento abrangem o todo do processo de ensino e de aprendizagem.

Tratando em particular do trabalho da orientação pedagógica, no qual temos pertencimento e que aqui tem um foco basilar na abordagem do processo de transição do ensino remoto para o presencial, de antemão, é necessário colocar que durante o período do ensino remoto, mesmo com uma adaptação no trabalho de acompanhamento pedagógico que passou a ser de forma virtual tanto às turmas como aos alunos individualmente, foi extremamente perceptível a diminuição de efetividade desse trabalho que pudesse suprir de forma mais abrangente as necessidades dos/as estudantes e das turmas da mesma maneira com que um acompanhamento presencial enseja, porquanto, em condições mais favoráveis de abarcar as dimensões do serviço de orientação e intervenções pedagógicas.

De ordinário, no sistema remoto nos deparamos com as dificuldades recorrentes dos alunos e alunas, a título dos déficits cognitivos; das relações interpessoais com professores; das questões de cunho sócio educacional e dos conflitos existenciais a nível emocional; das vulnerabilidades socioeconômicas enfrentadas junto aos núcleos familiares, e que interferem em diferentes gradações no desempenho escolar a depender do caso; das dificuldades específicas em determinados componentes curriculares; entre outras coisas, porém, o agravante foi o de que na execução dos atendimentos pedagógicos, não dispúnhamos de maiores possibilidades como o fazemos por intermédio do convívio presencial, no seu corpo a corpo, num movimento de interação mais propício

de encaminhamentos, de estratégias e de recursos para amenização, adaptações ou possível solução das dificuldades enfrentadas pelos estudantes.

Assim, o acompanhamento ficou restrito à alguma possibilidade apenas pelos contatos estabelecidos por via telefônica, pelo WhatsApp, pelo e-mail ou por meio dos chats transmitidos nas plataformas virtuais usadas, além da questão de que esbarramos na impossibilidade do fortalecimento de diálogo mais direto com as famílias, tornando-se num espaço mais formalizado e distante de calor humano.

Nesse contexto, a relação que deve ser indissociável entre acompanhamento-intervenção, deixava de ocorrer em seu caráter substancial, e ainda assim, no ínterim dos contatos mantidos remotamente, confrontava-se com as mais variadas implicações e com uma série de situações preocupantes no plano didático-pedagógico como todo, potencializadas, diga-se de passagem, pelo efeito devastador da pandemia na sociedade, que superestimou os problemas já existentes em muitas casos, e que empurrou diversos familiares de nossos alunos ou eles próprios para o desemprego, o subemprego, à informalidade, à carência alimentar, entre outras mazelas, somadas à exclusão digital, uma vez que a maioria dos alunos do *Campus* são economicamente desfavorecidos enquanto pertencentes da classe proletária e não dispõem de condições que permitam a dedicação exclusiva aos estudos.

As profusas intempéries desse processo, fez com que muitos alunos evadissem, em especial, os dos cursos subsequentes, tendo em conta que por serem maiores de idade, boa parte trabalha para o auto sustento, até pelo fato de que alguns dentre eles já constituíram família, razão com que na pandemia, precisaram desdobrar-se ainda mais para conseguirem prosseguir na luta incansável pelos meios de sobrevivência. Muitos estudantes, porém, ficaram desempregados e um número expressivo passou a viver de bicos, como costumam dizer, ou se mantendo apenas com o pouco valor repassado do auxílio emergencial.

Nesse panorama, os cursos subsequentes se esvaziaram num quantitativo bastante significativo de alunos, o que se tornou uma preocupação para o *Campus* Mangabeira, e moveu todo um esforço da direção, de chefias, de docentes, e da equipe pedagógica, que se lançaram em campanha de divulgação dos cursos, com visitas às localidades adjacentes ao *Campus* e no seu entorno, para mostrarem as oportunidades de emancipação pessoal e ganho de conhecimento nas formações médio-técnicas ofertadas, e assim estimular o ingresso em nossos cursos. Cabe dizer que este trabalho surtiu um efeito considerável, tendo resultado em um número razoável de matrículas para o ano letivo de 2022.

Em outro paralelo, durante o distanciamento, os alunos dos cursos integrados tiveram de dar conta do ensino de forma remota, das nuances implícitas neste processo, e ao mesmo tempo, viram-se na obrigatoriedade de ajudar suas famílias no sustento e nas tarefas de casa. Muitos, enquanto filhos da classe trabalhadora, tiveram que assumir os cuidados dos irmãos mais novos, além de tantos outros afazeres, o que causou-lhes uma dualidade bastante contraditória e de difícil organização, ao terem que se ocupar de um apanhado de obrigações de forma simultânea aos estudos, sendo que vários não dispunham de condições físicas em suas residências para estudarem de forma remota, até porque os lares têm uma dinâmica bem diversa das salas de aula e do próprio espaço escolar. Ao tempo em que os horários de aula chocavam com as tarefas domésticas, das quais não podiam se furtar, e mesmo que pudessem, muitas vezes não havia uma ambientação favorável.

Difícil realidade enfrentada por parte quase que total dos nossos alunos e alunas, bem própria das necessidades dos sujeitos das camadas populares da sociedade em suas inúmeras situações de dificuldades. Ainda assim, a maioria dos estudantes conseguiu o esforço de permanecer estudando, obtendo aprovação na intercorrência dos anos letivos 2020 e 2021 que estiveram permeados pelo ensino remoto, e que se estendeu até março do ano letivo de 2022, com conclusão do ano letivo 2021 já no retorno presencial em maio de 2022.

Ao discorrer esta realidade, cumpre colocar que ao se implantar o ensino remoto, no levantamento feito para tal, ficou evidenciado que muitos alunos não tinham acesso à internet em suas residências, sendo que a grande maioria não possuía recursos tecnológicos como computadores, tablets, etc., e um número razoável nem mesmo possuíam aparelhos celulares, muitos usavam os celulares dos pais ou de outros familiares, e até mesmo de vizinhos, capturando também, muitas vezes, o sinal de internet pela disponibilidade destes últimos. Por esses e tantos outros reveses, vimos o quanto foi desafiador para nossos alunos atravessarem o processo remoto.

No IF Baiano, a falta de recursos digitais dos alunos foi amenizada através de auxílio financeiro viabilizado para aquisição e conserto de aparelhos celulares e para instalação de internet residencial cambiada, para posterior prestação de contas do valor do recurso recebido a cada caso. Sem a destinação do pouco recurso dos auxílios, o ensino remoto seria completamente inviável, dada a realidade de privações da grande maioria dos nossos alunos.

Sabemos, contudo, que a falta de recursos tecnológicos está bem longe de ser suprida integralmente no país, já que isto exigiria mais engajamento de políticas de Estado, em que fosse considerada a destinação de computadores para uso individual dos alunos nas escolas, ou para fins de

excepcionalidade nas residências com organização de normas para obtenção e critérios de manutenção e suporte, a partir de programas de auxílios financeiros compatíveis.

Em relação ao acesso à aparelhagem tecnológica no ensino remoto, corrobora-se com o que colocam Saviani e Ana Galvão, ao afirmarem que:

Mesmo para funcionar como substituto, excepcional, transitório, emergencial, temporário etc., em que pesem as discordâncias que temos com o ensino não presencial [...], determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (SAVIANI e GALVÃO, 2021, p. 38).

Os autores, também sinalizam dados sobre os percentuais da carência ao acesso às tecnologias digitais, tomando informações disponibilizadas pela ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) em 2020, que mostram a realidade de que mais de 4,5 milhões de brasileiros não têm acesso à internet banda larga e mais de 50% dos domicílios da área rural não possuem acesso à internet. Nessa realidade 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador. Portanto, pode-se discernir a partir desses índices, o atraso na aproximação ao acesso digital que se tem no Brasil. Isto confirma o que temos em nossa realidade, na qual temos pouquíssimos alunos que possuem algum computador, ou mesmo a aquisição de internet de banda larga nas residências.

Desse modo, a expressiva maioria assistia às aulas e respondia às atividades exclusivamente por meio dos celulares, sendo que boa parte dos aparelhos frequentemente apresentavam defeitos ou dificultavam a execução das atividades nos ambientes virtuais, até pelo tamanho reduzido das telas comparado a um computador, e pela baixa qualidade das resoluções tecnológicas. Isso se configurava como um entrave relevante à qualidade da mediação com o “formato educativo” remoto. Os alunos relataram, muitas vezes, o quão limitante era, e isto é fato, assistir aulas e dar conta de todo um processo letivo somente através de um aparelho celular, isso quando não havia ausência de sinal ou falhas de conexão, o que era pior e ocorria com maior frequência nos lares dos estudantes residentes em zona rural.

A propósito, vale mencionar em relação aos problemas no uso das tecnologias no ensino remoto, que também docentes e demais servidores registraram diversas queixas, como queda e oscilações no sinal de internet; defeitos e demora de respostas apresentadas em seus aparelhos, muitas vezes ocasionados pelo uso excessivo no trabalho remoto; falhas de conectividade com as plataformas virtuais institucionais, que algumas vezes estavam fora do ar; além de outras situações. Episódios como estes, geraram dificuldades de toda ordem, a começar pela interrupção de aulas e de atendimentos a alunos, pais e público externo; dificuldades na participação das lives promovidas

para palestras, seminários, treinamentos e outros; e na realização de reuniões de variadas caracterizações no rol da organização didático-pedagógica.

Um detalhe, não menos relevante a ser acrescentado, é que para o trabalho remoto não houve ajuda de custo e nem de manutenção para os servidores, na equipagem de aparelhos e de serviços como internet, consumo de energia, e outros. Os aparelhos, serviços, mobiliários e materiais usados, foram dos próprios servidores, mantidos com nossos próprios recursos, no usufruto particular, porém, foram os mesmos que garantiram o expediente de trabalho remoto. Isto acarretou em desgastes dos aparelhos e demais objetos de uso pessoal, no aumento de consumo e gastos de manutenção dos serviços pelo quanto que foram utilizados, sem falar nas adequações e adaptações, não somente físicas, que tivemos que fazer em nossas residências para tanto. Pode-se deduzir, que o contrário se deu nas instituições, em termos da diminuição do uso dos recursos materiais, de consumo, conservação, manutenção e suporte, já que com a laboratividade acontecendo exclusivamente nos lares dos servidores, pode ter havido uma maior economia nos gastos de manutenção e serviços, pelo menos ao que se supõe.

Retomando para as situações relacionadas aos aspectos do campo didático-pedagógico, os alunos relataram sobrecarga de atividades, o que se interpõe ao fato da redução de aulas por período, o que sugere pouco tempo de horas de ensino, e conseqüentemente, pouco conteúdo. Por outro lado, excedia o quantitativo de atividades no ambiente virtual, que incluía produções de textos, de vídeos, podcasts, webnários, questionários, listas de cálculos, provas, exercícios diversificados, e uma série de outras atividades. Muitos alunos não conseguiam colocar tantas tarefas em dia, se sentindo perdidos e sozinhos, ao se autogerir em meio a uma formação à distância, mas com um tanto de coisas a cumprir.

Vale destacar, que os servidores docentes e técnicos, tal como os alunos, também experimentaram intensificação de trabalho; vários tiveram que aprender a lidar com as ferramentas digitais de uma ora para outra; também tiveram que dividir os afazeres domésticos com as atividades remotas; precisaram se inteirar de novas metodologias para atuar em conformidade com o trabalho à distância. Além de que, assim como os estudantes, muitos tiveram nesse período, problemas de cunho psíquico e emocional, ao passo que também houveram casos de contaminação pelo coronavírus, e casos de perdas de familiares, amigos, colegas de trabalho, enfim, foram muitas questões conflitantes envolvidas.

Perante as múltiplas implicações, tem-se como nítido o pressuposto de que no ensino a distância, os sujeitos do processo ficaram envoltos a muitas adequações e impasses, e assim,

verificou-se a insuficiência na construção do conhecimento, na amplitude da prática do ensino, na processualidade dos acompanhamentos pedagógicos, nas possibilidades de viabilização de projetos de pesquisa e de extensão, nas dificuldades de articulação entre teoria e prática, em que também pese, na falta das atividades de aulas práticas e de campo, de realização dos estágios curriculares que foram interrompidos por medidas de segurança, de eventos artísticos e culturais em suas dinâmicas presenciais, dentre várias outras atividades que só tem possibilidade de acontecer no presencial.

Portanto, considerando o exposto, pode-se afirmar que o processo de trabalho remoto alçou desdobramentos de anseios na reposição de muitas práticas que ficaram perdidas em meio ao processo, as quais, obviamente, não estão todas aqui discriminadas, tomando o todo organizacional escolar dos Institutos Federais, o que causou os mais diversificados vácuos e déficits a nível da qualidade da formação nos cursos profissionais médio-técnicos, comprometendo as mais diversas funções exercidas em prol do desenvolvimento educacional da sociedade.

Atuação da unidade pedagógica no processo de ensino remoto e proposições iniciais na retomada das atividades presenciais

Ao depararmos-nos com um processo de atividades remotas, fomos surpreendidos com um arcabouço de questões e de situações do campo da educação que se substancializaram pelo choque inesperado de lidar com um processo de educação à distância, para o qual não estávamos preparados. Ainda que não se esperasse pela necessidade de se ter que recorrer ao ensino remoto, porquanto, havia a ilusão de que os efeitos da pandemia fossem cessados em curto espaço de tempo, o que vimos que foi um erro de interpretação dos fatos e do que se deva entender de uma pandemia.

Fato é que tivemos de nos debruçar para enfrentar um processo de ensino-aprendizagem de forma remota, algo inteiramente diverso da nossa prática normativa, mas que se mostrou inevitável. Assim, no ínterim da suspensão das atividades presenciais, inicialmente nos ocupamos de processos distintos à prática de aulas até a adoção do ensino remoto, sem que tivéssemos obtido nesse meio tempo uma maior preparação para lidar com ensino à distância, posto que no caso do IFBaiano esse processo foi adotado já bem próximo do término do ano de 2020, diferentemente do que ocorreu em outras instituições de ensino país afora.

Assim, o corpo de assessoramento pedagógico foi convocado pela direção acadêmica do período, a qual seguia as deliberações providas da Reitoria, para se proceder ao início do processo de aulas e de atividades em caráter remoto. Com isso, iniciamos uma série de reuniões que primeiro ocorreram junto à direção acadêmica, coordenação de ensino e coordenações dos cursos e que

posteriormente, estenderam-se para a abordagem junto ao corpo docente. Havia, nesse momento, um clima reinante de incertezas do que nos aguardava e um misto de sentimentos e ponderações que conduziam à angústia daquilo que se podia esperar da situação, antevendo-se entraves já sabidos e dando conta dos que estavam ainda ignorados, havendo até um certo eufemismo otimista de que daríamos conta de encarar todo e qualquer aspecto da nova realidade que se apresentava, mesmo sem termos tanta certeza disso.

Da parte do corpo da unidade pedagógica, buscamos inicialmente discutir pontos cruciais ao andamento satisfatório do processo didático-pedagógico, considerada a sua natureza no que diz respeito ao ensino e à aprendizagem, à avaliação da aprendizagem, aos métodos e metodologias do ensino, aos aspectos que envolvem a educação técnica de nível médio em sua centralidade de articulação do saber propedêutico com o saber técnico, num viés independente meramente do aspecto remoto, sem deixar, contudo, de considerar a peculiaridade da educação à distância, uma modalidade inteiramente diversa das nossas expertises de formação e das especificidades dos cursos técnicos de nível médio.

Somado ao que trabalhávamos nas reuniões, pedimos colaborações de colegas com habilidades nas tecnologias da informação e comunicação, e juntos promovemos palestras, orientações e treinamentos, além de recebermos suporte da parte dos profissionais diretamente alocados na Reitoria vinculados à Pró-Reitoria de Ensino (Proen), para possibilitar a inserção e utilização das plataformas digitais como o ambiente moodle e a RNP, pelas quais seriam transmitidos o conjunto de atividades letivas e de acompanhamento pedagógico no processo remoto.

Após o período inicial de preparativos, já na fase de execução prática do trabalho remoto, a assessoria pedagógica prestou diversos atendimentos a alunos, pais, docentes, às direções geral e acadêmica, à coordenação de ensino e as coordenações de cursos, entre outros. Nossa atuação se deu a nível do acompanhamento das Atividades Pedagógicas Não-Presenciais, as APNP, de acordo regulamento por minuta institucional.

Com base no bojo regimental das APNP, fazíamos levantamento de necessidades e encaminhamentos; tomada de decisões para atendimento individual ou em grupo; com orientações pedagógicas; suporte ao desenvolvimento das aulas; orientação e planejamento para adequações pedagógicas a depender de casos que exigiam um olhar especial, como em relação aos alunos com deficiência; cuidado com o fluxograma para os atendimentos que deveriam ser prestados; assessoramento aos docentes e coordenações de curso; participação nos conselhos, núcleos

pedagógicos dos cursos; adequação com o regimento de Organização Didática, e muitas outras coisas, objetivando o melhor desenvolvimento possível do processo de ensino remoto.

É necessário deixar registrado, no entanto, mediante as mais diversas implicações concernentes ao ensino remoto, que nem todas as iniciativas do trabalho do corpo técnico-pedagógico vinham a termo com o resultado antes almejado. Esbarramos em muitos entraves, nas já citadas dificuldades impostas pelo quadro hodierno, e que se somaram com as já comumente enfrentadas no curso do trabalho presencial, enquanto questões inerentes aos aspectos e particularidades intrínsecas num processo educativo.

Apesar das circunstâncias e dos problemas que se constituíam sem cessar, continuamos, em certa medida, apresentando o nosso trabalho, buscando nos adequar ao contexto e tentando, de diversas formas, sanar um pouco dos prejuízos e limitações que o contato à distância impôs. Cabe salientar que muitas situações já fazem parte do repertório comum do campo das ações e atribuições da orientação pedagógica, passando a ter conotações bem mais complicadas, tomando-se as limitações do processo de distanciamento por uma pandemia nunca antes experimentada em nossa geração, muito menos na geração dos alunos, e de um ensino remoto inusitado, atípico, com despreparo, e por isso bem limitado à essência da prática presencial, o que ratifica as observações de Saviani e Ana Galvão, ao asseverar que:

Deve-se ter presente que, pela sua própria natureza, a educação não pode não ser presencial. Com efeito, como uma atividade da ordem da produção não material – na modalidade em que o produto é inseparável do ato de produção –, a educação se constitui necessariamente como uma relação interpessoal, implicando, portanto, a presença simultânea dos dois agentes da atividade educativa: o professor com seus alunos (SAVIANI, 2011). Mas não basta apenas presença simultânea, pois isso estaria minimamente dado por meio das atividades síncronas do “ensino” remoto. Para compreender essa insuficiência, precisamos nos deter nos elementos constitutivos da prática pedagógica (SAVIANI e GALVÃO, 2020, p. 39).

E na busca da compreensão dos elementos constitutivos da prática pedagógica, de modo especial nos limites da formação médio-técnica na EPT, tem-se em mente que esta prática envolve um número sem fim de determinações, as quais precisam de olhares criteriosos e de base teórico-metodológica bem alicerçada, para as apreensões conceituais que lhes dão sustentação. Assim, podemos enunciar, sem, contudo, aprofundar aqui os conceitos científicos para a prática pedagógica na EPT, que trazem na sua objetivação o restabelecimento das bases da formação geral e unitária, com enfoque aos elementos constitutivos de uma formação politécnica e integral, com destaque para o fundamento do **trabalho como princípio educativo**; da **pesquisa como princípio pedagógico**; da **indissociabilidade entre teoria e prática**; da **contextualização de práticas sociais e produtivas como princípio metodológico de ensino**; da **articulação com o desenvolvimento socioeconômico-**

ambiental dos territórios, para citar alguns dos princípios mais relevantes dentro da base conceitual da EPT, presentes na Resolução CNE/CEB nº06/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Conquanto, no processo de retomada das atividades presenciais, no somatório de preocupações e atribuições que se desdobraram, percebermos que esses princípios ficaram ainda mais distantes se serem implementados, haja vista as implicações do ensino remoto, que criaram lacunas significativas no amplo conceito formativo que preconiza a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual nos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

À medida das constatações dos lapsos no ensino remoto, colocamos em prática, no retorno presencial, algumas iniciativas com a promoção de eventos acadêmicos, como a mesa-redonda que gerou o presente artigo; a reintrodução das reuniões pedagógicas por curso específico, para tratar dos conceitos basilares da EPT e para levantamento das necessidades em que se objetiva traçar linhas de intervenção e melhoria dos processos de ensino-aprendizagem; o acompanhamento presencial sistemático às turmas e alunos com orientações de organização dos estudos, do processo de ensino-aprendizagem-avaliação; o atendimento e reuniões presenciais com as famílias e responsáveis, sendo elaboradas folhetos explicativos sobre a organização didática; a articulação com os diversos setores acadêmicos e administrativos, na busca de soluções para as situações que se apresentam no pós distanciamento, além de outras ações.

Compete-nos, enfim, dizer que é preciso muito esforço, por parte dos educadores, após um processo que deixou muito conhecimento à margem da apropriação dos estudantes, para consolidação de avanços da prática educativa na EPT, para que as ações acima elencadas não percam o seu sentido pedagógico e científico, em que pese também, as reflexões das relações humanas sociais e da divisão social do trabalho sob o capitalismo; das políticas educacionais, suas intencionalidades e consequências, num exercício dialético para romper com ideologias limitantes da formação integral, da articulação entre teoria e prática, num sentido da práxis social educativa, analisada criticamente à guisa da realidade concreta nos limites da sociedade fragmentada por classes sociais antagônicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão aqui empreendida, movida pelo olhar da atuação no campo da unidade pedagógica, apresenta uma noção de como se deu o percurso do ensino remoto no *Campus*

Governador Mangabeira e de como vem sendo processada a atual fase de retorno às atividades presenciais. Desse modo, viu-se que o ensino remoto foi um processo atípico e implicador, que trouxe entraves ao ensino presencial, em seu retorno, não apenas no sentido da falta de investimentos públicos para enfrentamento de um quadro gerado por uma pandemia, mas sobretudo, no sentido de que independentemente de um cenário pandêmico, estamos longe da excelência da educação e das estruturas fundamentais para que esta aconteça com a importância apropriada que precisaria ter.

Guardadas as devidas ressalvas, o fato da ocorrência da pandemia, de maneira inequívoca, trouxe consequências numa proporção que atingiu todo planeta, contudo, de modo específico em nosso país, demonstrou o quanto se precisa investir em políticas públicas na educação, na saúde, no saneamento básico, na economia, enfim. Em razão dessas necessidades não tratadas adequadamente, foi dada à pandemia uma conotação distorcida de que ela, por si só, é a responsável direta pelas mazelas de que sofre, no tempo histórico, nossa sociedade. E num processo de aprofundamento das carências sociais, o ensino remoto foi introduzido como impositivo do qual não tivemos outra alternativa, no qual se desencadearam várias implicações ao processo educativo, que se estenderam ao ensino presencial, reconhecendo ao mesmo tempo, toda uma série de problemáticas preexistentes na história da educação no Brasil.

Sendo assim, o argumento de que a crise sanitária gerada pela pandemia impactou a sociedade social e economicamente, é um fato inquestionável. Porém, a análise da realidade concreta nos aponta que muitas situações apenas foram potencializadas na pandemia. Historicamente, a sociedade sofre as consequências do sistema capitalista, em seu espectro de desigualdades e injustiças sociais, agravadas pela irresponsabilidade de governantes, notadamente, daqueles que agem a serviço exclusivo do capital, sendo seus exímios porta vozes, ao mergulharem ainda mais o caos econômico e a miséria social em nosso país. A chegada da pandemia, só aprofundou esse quadro, e alcançou em cheio a já sofrida educação pública, que nos dias atuais, encontra-se demasiadamente submetida a um projeto de esgotamento orçamentário e estrutural, tentado pelas motivações ao gosto privatista, bem próprio do regime hegemônico.

O ensino remoto, nesse quadro, expôs ainda mais as inúmeras fragilidades em nossos sistemas de ensino, e nos limites da EPT, revelando mais claramente a situação de precariedade para a qualidade do ensino público, que segue sequestrado como está, no processo de destruição implementado, em que cogita-se e valoriza-se as privatizações em atendimento aos interesses dos grandes grupos que comercializam a educação visando somas vultosas de capital, com achaques a um bem que deveria ser comum para todas e todos, de forma gratuita e de excelência. Ao fazermos essa crítica, em face às ameaças de interesse privatista, concordamos com Saviani e Ana Galvão

quando enunciam que [...] o “ensino” remoto se encontra no bojo de uma adaptabilidade muito desejável ao capital e à qual devemos nos contrapor” (SAVIANI e GALVÃO, 2021, p. 44).

Portanto, é necessário que os profissionais da educação e a sociedade em geral reflita sobre as intenções educacionais e político-sociais que estão em jogo em dados períodos históricos, compreendendo que uma pandemia mesmo tendo o poder de implicar na “normalidade” de uma sociedade, sozinha não consegue alterar os rumos de uma organização societal assentada na ausência da solidificação de base ética-política-social, sem o respeito devido ao bem da coletividade. Cabe consciência crítica para entender o dever do Estado no compromisso de desenvolvimento da sociedade, devendo esta assumir o papel de engajamento na luta social, reconhecendo a educação enquanto ato político para transformação da realidade.

REFERÊNCIAS

- ANDES-SN. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN. Grupo de Trabalho de Política Educacional. **Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente**. 2020. Disponível em: https://issuu.com/andessn/docs/_ensino_remoto. Acesso em: 28 jun.2022.
- ADUFES-S. SIND. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo. **A Ufes e o ensino remoto em tempos de pandemia**. Junho de 2020. Disponível em: http://adufes.org.br/portal/images/2019/cartilha_Material%20Adufes%20ensino%20remoto.pdf. Acesso em: 28 jun..2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio** – Documento Base. MEC: Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB nº11/2012 –CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, maio/2012.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Universidades Federais alertam que Orçamento é menor que antes da pandemia**. Brasília, junho/2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/883945-universidades-federais-alertam-que-orcamento-e-menor-do-que-antes-da-pandemia/>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- SAVIANI, Dermerval. GALVÃO, Ana Maria. A educação na pandemia: a falácia do “ensino” remoto. **Universidade e Sociedade**. ANDES-SN, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 28 jun. 2022.

CAPÍTULO 4

(RE)PLANEJAMENTO DO IF BAIANO CAMPUS GOVERNADOR MANGABEIRA PARA A RETOMADA PRESENCIAL DURANTE PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES

Lívia Tosta dos Santos⁴

“Pensar no bem-estar dos discentes e todo corpo de servidores, se tornou a prioridade dessa gestão para o presencial (...) mesmo com tantos desafios, o que nos move é acreditar que já deu certo”.

(Diretora Geral)

INTRODUÇÃO

Em meio à pandemia global do Novo Coronavírus (COVID-19), muitos foram os desafios enfrentados em nosso país, uma das nações com o maior número de infecções e mortes relacionadas ao coronavírus no mundo. A suspensão das atividades presenciais nas Instituições de Ensino durante o contexto dessa pandemia forçou às Escolas, Institutos e Universidades se reinventarem buscando ações inovadoras e desafiadoras para o processo de ensino aprendizagem, adotando as atividades remotas e aulas online. Aos educadores e educandos coube a iniciativa de testar novas maneiras de ensinar e aprender, provocando uma avalanche de desafios para o processo de ensino/aprendizagem.

Contudo, o retorno às atividades presenciais foi revestido de tantos cuidados e (re)ajustes que demandaram muito planejamento, investimentos e acompanhamentos de toda a equipe gestora das unidades de ensino para repensar as reais Possibilidades Curriculares e Estruturas para o Retorno Presencial das atividades acadêmicas com segurança e garantia da manutenção da qualidade do processo ensino/aprendizagem. Foi necessário a adaptação dos espaços escolares para a recepção dos estudantes com a retomada das atividades presenciais, como a adoção de equipamentos de higienização e a (re)organização das salas de aula.

⁴ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Governador Mangabeira. Mestre em Educação (UEFS). Email: livia.santos@ifbaiano.edu.br

Nessa perspectiva, esse artigo surgiu através da provocação de reunir as informações sobre o planejamento adotado pela gestão do IF Baiano Campus Governador Mangabeira para compor as análises e reflexões da comunidade interna e externa sobre as Possibilidades Curriculares e Estruturas para o Retorno Presencial após a redução da transmissibilidade da COVID-19, destacando neste artigo a (re)estruturação dos espaços para viabilizar esse retorno presencial, considerado os aspectos relevantes para os processos educativos visando o retorno presencial, que possa contribuir para ampliar compreensões e experiências feitas nos variados setores dentro do Campus.

O enfoque metodológico que fundamente esse breve escrito será do tipo exploratória por buscar conhecer esse novo fenômeno que o sistema educacional está vivenciando, do lugar de fala de quem está vivendo no contexto de readaptação da modalidade de ensino presencial/ implementação de atividades pedagógicas não presencias (APNP)/ retorno às atividades no formato presencial. Para Leite (2015, p.55) “a pesquisa exploratória é a que explora algo novo, que frequentemente não é considerado ainda ciência, mas que serve de base à ciência. [...] Tem grande valor, pois serve de base a outros tipos de pesquisa, quando o tema possui bibliografia escassa. Assim, este artigo pretende contribuir com reflexões no cenário educacional dentro de uma realidade que impactou de forma inesperada toda a população mundial, desde o isolamento social, sob orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), até a autorização de retorno das atividades de forma presencial.

Desafios do retorno presencial: perspectivas e possibilidades

A escola é lugar que tem objetivo de educar, instruir, socializar o conhecimento e é justamente na vivência das relações que se torna possível o professor trabalhar o intelecto e o afeto de seus alunos. E, é na troca de experiências, afetos, angústias e ansiedades que nasce a relação de confiança que é possível o processo de crescimento e desenvolvimento do indivíduo que nesse contexto atual de aulas remotas sofre uma mutação ainda sem dimensionamento real de suas consequências.

Nessa perspectiva, durante o cenário de volta das atividades presenciais, as comunidades escolares enfrentaram desafios tão grandes quanto os experienciados na adoção de atividades remotas. Restabelecer vínculos perdidos, garantir a segurança de todos e retomar os processos de ensino/aprendizagem após grande defasem proporcionada pela autonomia de estudo imposta ao educando durante as atividades não presencias, são questões enfrentadas por gestores nos diferentes

contextos do nosso país e nesse contexto a organização e o planejamento das instituições de ensino são fundamentais para uma retomada bem-sucedida em especial no tocante à redução da evasão escolar que acometeu durante a Pandemia. O Censo Escolar (2020) indica que crianças e adolescentes negros e indígenas, os que vivem em áreas rurais e aqueles cujas famílias possuem menor renda foram ainda mais afetados, constituindo mais de 70% daqueles que estão fora da escola.

Além do grande impacto na evasão escolar, Uma pesquisa realizada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com apoio do Unicef e do Itaú Social, apontou que há um processo de desescolarização em curso, no qual os direitos de crianças e adolescentes permanecem sendo violados. Entre as recomendações do Unicef estão investimento na metodologia de Busca Ativa; foco na comunicação comunitária; ampliação do acesso à internet; mobilização das escolas; e fortalecimento dos sistemas de garantia de direitos das crianças e dos adolescentes em todas as suas interseccionalidades.

Com o fim da quarentena, tivemos e teremos novos desafios pela frente, incluindo cuidados para reabertura das escolas, tratar desigualdades no aprendizado dos alunos, acompanhar a saúde mental de professores e alunos, entre outros. Por esse motivo, perda da aprendizagem dos estudantes submetidos às atividades não presenciais é apontada como forte motivo para a retomada das aulas presenciais para se evitar uma tragédia ainda maior na educação. Uma pesquisa, resultado de uma parceria entre o Instituto Unibanco e o Insper, buscou compreender a dimensão da perda da aprendizagem em 2020 através de simulações e de um método comparativo, apresentando um resultado alarmante de que quem concluiu o segundo ano em 2020 possivelmente iniciou o terceiro ano em 2021 com 10 pontos a menos de proficiência em Matemática e 9 a menos em Língua Portuguesa.

Destaca-se aqui portanto, que o enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus continua, mas, para que as aulas fossem retomadas de maneira organizada, segura e eficiente, era fundamental o planejamento antecipado à reabertura das escolas. Para tanto, as instituições de ensino no contexto de necessária retomada das atividades presenciais precisaram (re)planejar todo o calendário escolar, repensando e criando maneiras de dar continuidade à transição e manutenção do processo de aprendizagem da melhor forma possível, sem perder o foco nos investimentos para a (re)organização dos espaços físicos.

Contudo, em um momento de necessários investimentos financeiros e organizacionais por parte do Ministério da Educação, as instituições de ensino se depararam com a ausência de um plano de retomada orientado de maneira articulada entre os diferentes níveis da administração pública

(federal, estadual e municipal) que garantisse condições sanitárias adequadas para toda comunidade escolar, desacompanhado de garantias orçamentárias e orientações mais robustas a fim de conferir maior previsibilidade e segurança à volta das atividades presenciais.

Tendo o Ministério de Educação (MEC) resumido sua ação apenas à edição de um Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, com orientações sobre o funcionamento das atividades escolares dentro dos parâmetros de segurança, sem, contudo, fornecer as condições materiais para o cumprimento das mesmas, nesse contexto incerto, coube às gestões escolares o planejamento e enfrentamento das ações consideradas viáveis dentro de seus recursos poucos para uma retomada minimamente segura para a comunidade acadêmica e a manutenção da garantia ao direito a educação de qualidade.

(Re)planejamento do if baiano campus governador mangabeira para a retomada presencial

O avanço da vacinação e a subsequente diminuição das mortes e infecções colocam o dilema da retomada das atividades presenciais para gestores, profissionais da educação, estudantes e famílias. De que maneira podemos garantir enquanto sociedade o direito à vida, preservando o acesso à educação e a aprendizagem? Qual é o papel da gestão? De que maneira é possível estabelecer laços de confiança entre as redes de ensino e as comunidades?

Além de buscar recomendações de especialistas tanto sanitários quanto educacionais, para a construção dos planos de retomada é fundamental considerar os aprendizados do último ano e a perspectiva de toda a comunidade escolar. Nessa perspectiva falaremos sobre a adaptação dos espaços escolares para a recepção dos estudantes com a retomada das atividades presenciais, como a adoção de equipamentos de higienização e a ampliação das salas de aula.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano divulgou no dia 29 de outubro de 2021 a Instrução Normativa Conjunta nº 1/2021 – RET-SCS/RET-GAB/RET/IF BAIANO, de 29 de outubro de 2021, expedida pelo Reitor e Diretores dos campi, atendendo a determinação do Governo Federal, por meio da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME Nº 90, de 28 de setembro de 2021, de retorno às atividades presenciais nos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC. Nessa IN, o Governo Federal atribuiu competência aos titulares dos órgãos federais para expedir normas complementares ao documento a fim de viabilizar o retorno.

Além disso, a IN Conjunta nº 1/2021 define que o retorno à atividade presencial deve ocorrer mediante a presença dos insumos básicos de proteção à COVID-19, de acordo com os protocolos setoriais de cada unidade. O IF Baiano reafirma o compromisso com a segurança de estudantes e servidores.

Após quase dois anos de atividades predominantemente remotas, o retorno presencial integral no Instituto Federal Baiano foi determinado com a publicação da Instrução Normativa 5/2022 - RET-SCS/RET-GAB/RET/IFBAIANO, de 5 de fevereiro de 2022, que estabelece medidas de orientação, controle, prevenção e mitigação de riscos para o retorno das atividades presenciais nas unidades do IF Baiano. Assim, no *Campus* Governador Mangabeira, a comunidade acadêmica retornaria às atividades 100% presenciais para os estudantes de todos os cursos no dia 07 de março de 2022.

O avanço da vacinação no estado, que já contava com cobertura vacinal superior a 75% da população, de acordo com os dados da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, é uma das condições que possibilitaram que a instituição desse mais um passo na direção do retorno presencial de forma segura.

Contudo, atividades pedagógicas não presenciais (APNP) ainda poderão ser adotadas para a conclusão de atividades do calendário letivo de 2021 e, prioritariamente, por servidores que se enquadrem nas condições ou fatores de risco especificados na normativa.

Outra medida de extrema importância é que além de utilizar máscara em todos os ambientes institucionais (fechados ou abertos), para voltar a circular nas dependências do IF Baiano *Campus* Governador Mangabeira a comunidade acadêmica vai precisar comprovar que fez a sua parte e se vacinou contra a COVID-19. Isso vale para estudantes, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e demais pessoas que ingressem nos *campi* ou na Reitoria. A adoção do “passaporte vacinal”, praticada por diversas instituições de ensino públicas do estado e do país, foi aprovada pelo Conselho Superior através_ Resolução 183 e 186/2022 – OS-CONSUP/IF BAIANO e a Instrução Normativa 6/2022-RET-SCS/RET-GAB/RET/IFBAIANO de 18 de fevereiro de 2022, que traz orientações gerais sobre os procedimentos a serem adotados quando da exigência de comprovação do ciclo vacinal contra a COVID-19, para acesso e circulação nas unidades do IF Baiano.

A vacinação a ser comprovada corresponderá ao número total de doses de imunização da vacina utilizada, recomendando-se as doses de reforço. O ingresso de pessoas que têm contra indicação à vacina da COVID-19 dar-se-á somente mediante apresentação de atestado médico com a devida justificativa. Para pessoas não vacinadas, é obrigatória a apresentação de teste RT-PCR ou teste antígeno negativos para COVID-19 realizados nas últimas 72h.

Todas as medidas, Resoluções e Instruções foram pensadas para garantir que o retorno da nossa comunidade ao espaço físico do *Campus* aconteça da maneira mais segura possível. Lembramos que os protocolos serão continuamente monitorados pelo Comitê de acompanhamento ao COVID 19 do *Campus*, e revisado a partir da observação do cenário de saúde pública e do comportamento da curva da COVID-19 na região. As medidas também poderão sofrer ajustes e melhorias em função da dinâmica das atividades no *Campus* ou da Instituição. Qualquer alteração nos protocolos será informada a toda a comunidade acadêmica.

Para acompanhar o retorno seguro às atividades presenciais cada unidade do IF Baiano possui um Comitê Local de Enfrentamento à COVID-19 que tem o objetivo de atuar, durante as atividades presenciais, como órgão consultivo e de monitoramento de servidores, colaboradores e estudantes com sintomas ou suspeita de infecção, com base nos protocolos setoriais locais e a partir da observação do cenário de saúde pública e do comportamento da curva da COVID-19 na região. As medidas também poderão sofrer ajustes e melhorias em função da dinâmica das atividades no *Campus* ou da Instituição. Qualquer alteração nos protocolos será informada a toda a comunidade acadêmica.

Desde o início da pandemia, diversos estabelecimentos adotaram os totens de álcool em gel com acionamento por pedal como medida protocolar de prevenção à contaminação com o vírus, uma vez que uma das principais recomendações dos órgãos de saúde é a higienização adequada das mãos. Com a flexibilização da abertura das escolas, os dispênderes para álcool em gel 70% passou a fazer parte do mobiliário escolar.

Além dessa importante medida de adaptação dos espaços escolares, discussões a respeito de reformas na estrutura física das instituições de ensino, pensando no distanciamento entre os usuários e a ventilação adequada dos ambientes, foram levantadas. De acordo com Doris Kowaltowski, na verdade, esse assunto já vinha sendo debatido pela comunidade acadêmica voltada para a arquitetura mesmo antes do início da pandemia.

Além das medidas básicas dos protocolos sanitários, o IF Baiano Campus Governador Mangabeira investiu em obras para melhorar a estrutura e facilitar no distanciamento dos servidores e alunos, apoio e desenvolveu diversas ações pensadas e planejadas ao longo da pandemia visando o retorno seguro das atividades presenciais com segurança e redução dos riscos de transmissibilidade do vírus entre a comunidade acadêmica, tais como:

- ✓ Instalação de dispenser para álcool em gel em todos os ambientes do Campus que possibilita a higienização das mãos antes de adentrar em casa setor ou sala de aula;

- ✓ Disponibilizar material de limpeza em cada setor para a higienização das superfícies, quando o servidor julgar necessário;
- ✓ Sinalização com cartazes indicando a obrigatoriedade do uso de máscaras para acesso e permanência no Campus;
- ✓ Instalação de pias em locais estratégicos em cada bloco do *Campus* e disponibilização de sabão líquido para higienização das mãos;
- ✓ Publicação e socialização periódica de Comunicados com Procedimentos e Orientações de ações para combate e controle à contaminação com o COVID-19;
- ✓ Colocação de tapetes sanitizantes nas portas de cada setor e acesso aos prédios do Campus;
- ✓ Monitoramento de temperatura com termômetro infravermelho para acesso ao campus;
- ✓ Adesão e execução do Termo de execução Descentralizada 9257 - TED 9257, que consiste em repasse de recurso financeiro para a execução de iniciativas e ações de controle e prevenção a transmissão do COVID-19. Para tanto, o IF Baiano Campus Governador Mangabeira propôs: 1. Produção de 1.200 L de álcool em gel, de consumo local e externo, a partir de distribuição no município; 2. Produção de 1.000 L de álcool 70%, de consumo local e externo, a partir de distribuição no município; 3. Montagem de um atelier de costura para fabricação de máscaras continuamente, com capacidade de cerca de 100 máscaras por dia. Ação inicialmente pensada para ser executada em parceria com o Governo Municipal, com auxílio na mobilização de costureiras do município e, posteriormente, através de projetos desenvolvidos pelos servidores do *Campus*;
- ✓ Reformas na estrutura física do Campus com a finalização da reforma de alguns prédios que possibilitou a alocação de setores e redistribuição de menor número de servidores por setores, saber: 1. PRÉDIO ACADÊMICO que conta com 10 gabinetes para professores, gabinetes das coordenações dos cursos integrados, subsequentes, pós-graduações, pesquisa e extensão. Salas da direção acadêmica, coordenação de ensino, enfermagem, psicóloga, assistente social, audiovisual, secretaria, reprografia, unidade de apoio, permanência e êxito (UAPE), sala de atendimento ao educando, laboratório de processamento de alimentos, laboratório de confeitaria e panificação, laboratório de eletrônica, laboratório de física e o núcleo de relações institucionais (NURI), sendo todos estes ambientes climatizados. Este pavilhão possui dois andares com instalações de banheiros em todos eles; 2. PRÉDIO DE APOIO A PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO que conta com 18 salas para alocação dos Técnicos de laboratório, salas para Núcleos, Grupos de Estudo, Apoios aos projetos de ensino, extensão, pesquisa e inovação; 3. ALMOXAREFADO; 5. PÉRDIO DE LOGÍSTICA, estes dois permitiu o remanejamento dos servidores do prédio

administrativa, possibilitando uma reorganização na composição do PRÉDIO ADMINISTRATIVO com o máximo de dois servidores por sala.

Uma atenção especial aos aspectos e estruturas emocionais para além das (re)estruturação física

A pandemia da COVID 19 desencadeou uma mudança brusca nas relações escolares, que foram obrigadas a adotar uma modalidade de ensino remota, exigindo uma adaptação a uma situação que traz, de imediato, inúmeros entraves, desconfortos e dificuldades materiais e emocionais.

Segundo Santos (2019, p.5) “como educadores precisamos acreditar em mudanças de hábitos, no âmbito de nossa prática docente, para tentar abrir espaços que possibilitem a reconstrução da sociedade. Carecemos buscar no desenvolvimento de uma ética de responsabilidade social, ações que visem o bem coletivo”. Diante de um momento de quebra de paradigmas o docente e o discente precisa se reinventar, adaptando-se a uma forma diferente de ensinar e aprender, reconstruindo as tramas do enlace afetivo tão necessários ao processo de ensino-aprendizagem.

A ausência de suporte e a implementação de um ensino a distância sem uma prévia estruturação pode se classificar como um fator de risco ao desenvolvimento da aprendizagem que merece ter os seus efeitos adequadamente investigados (HOLMES 2020). Além disso, a educação feita à distância também tem consequências emocionais que exigem de sua estrutura e do currículo com especial atenção ao uso de recursos socioemocionais.

Não é recente a discussão sobre o papel da afetividade na constituição da subjetividade humana. Na história da filosofia, o contexto das relações entre razão emoção e sentimento, foi motivo de importantes debates envolvendo grandes filósofos, que ora valorizavam os conflitos existentes entre razão e sentimentos, ora a dicotomia ou o papel superior de um aspecto sobre o outro. Eurípedes, por exemplo, investia no tema do conflito entre razão e emoção e frequentemente ilustrava esse aspecto em suas peças teatrais. Já Aristóteles, numa perspectiva claramente dualista, reiterava que os sentimentos residem no coração e que o cérebro tem a missão de esfriar o coração e os sentimentos nele localizados. Kant, destacando a supremacia da razão, construiu uma perspectiva negativa das emoções e dos sentimentos, chegando a afirmar que as paixões são a enfermidade da alma. De um modo geral, o que se evidencia nos escritos dos filósofos, da Grécia antiga até a modernidade, é uma concepção dissociada, na qual a razão quase sempre tem status superior com relação aos sentimentos.

Na história da psicologia, iniciada no século XIX, o cenário não foi muito diferente. Depois que o comportamento humano foi considerado sujeito a princípios universais e que se admitiu a ciência psicológica como possível, alguns dos problemas filosóficos foram transferidos para a psicologia. Porém, foram formulados de tal maneira que se tornou difícil resolvê-los "cientificamente", pois voltou à cena a divisão entre razão e emoção.

Na área educacional o trajeto também não foi e não é muito diferente. É comum, ainda hoje, no âmbito escolar, o uso de uma concepção teórica que leva os educadores a dividirem o sujeito em duas partes: a cognitiva e a afetiva. Esse dualismo é um dos maiores mitos presentes na maioria das propostas educacionais da atualidade. A crença nessa oposição faz com que se considere o pensamento calculista, frio e desprovido de sentimentos, apropriado para a instrução das matérias escolares clássicas.

Acredita-se que apenas o pensamento leve o sujeito a atitudes racionais e inteligentes, cujo expoente máximo é o pensamento científico e lógico-matemático. Já os sentimentos, vistos como “coisas do coração”, não levam ao conhecimento e podem provocar atitudes irracionais. Produzem fragilidades de segundo plano, próprias da privacidade “inata” de cada um. Seguindo essa crença, as instituições educacionais caminharam para a ênfase da razão, priorizando tudo o que se relaciona diretamente ao mérito intelectual.

A afetividade sempre pareceu ligada à educação, tanto que normalmente o papel do educador foi considerado pertinente à mulher que, acreditava-se, era mais afeita às questões da afetividade. Intuitivamente, professores, pais e educadores percebem, no dia a dia, a importância dos laços afetivos no processo de educação. Também no campo científico, muitas pesquisas caminham na direção de entender de que forma a afetividade se relaciona com a educação.

É preciso entender como acontece às relações afetivas entre professor e aluno na escola, na sala de aula presencial e/ou virtual uma vez que a afetividade propõe sentimentos e emoções que quando bem acolhidos permitem que a aprendizagem aconteça de maneira significativa para o estudante.

Certamente é muito importante para o aluno a qualidade de mediação exercida pelo professor, pois desse processo dependerão os avanços e as conquistas do aluno em relação à aprendizagem na escola. Organizar uma prática escolar, considerando esses pressupostos, é sem dúvida, conceber o aluno um sujeito em constante construção e transformação que, a partir das interações, tornar-se-á capaz de agir e intervir no mundo, conferindo novos significados para a história dos homens. (Vygotsky apud LOPES, 2009, p.5)

Wallon atribui à emoção, que como os sentimentos e desejos, são manifestações da vida afetiva, um papel fundamental no processo de desenvolvimento humano. Quando nasce uma criança, todo contato estabelecido com as pessoas que cuidam dela, são feitos via emoção. Entende-se por

emoção formas corporais de expressar o estado de espírito da pessoa, manifestações físicas, alterações orgânicas, como frio na barriga, secura na boca, choro, etc.

Ainda segundo Wallon, quando, em alguma situação da nossa vida, há o predomínio da função cognitiva, estamos voltados para a construção do real, como quando classificamos objetos, fazemos operações matemáticas, definimos conceitos, etc. Quando há o predomínio da função afetiva, neste momento estamos voltados para nós mesmos, fazendo uma elaboração do EU. É só lembrarmos as nossas experiências carregadas de emoção, como por exemplo, o nascimento de um filho, a perda de um ente querido, ou algo assim. No impacto da emoção, nossa preocupação é a construção que fazemos de um novo eu, a mulher que se transforma mãe, o esposo que se torna viúvo.

Como todo processo de educação significa também a constituição de um sujeito. O indivíduo, seja em casa, na escola, em todo lugar, está se constituindo como ser humano, através de suas experiências com o outro, naquele lugar, naquele momento. A construção do real vai acontecendo, através de informações e desafios sobre as coisas do mundo, mas o aspecto afetivo nesta construção continua muito presente.

Os sujeitos são considerados atores sociais, situados em posições psicológicas e sociais diante dos episódios cotidianos. Como sujeitos cognitivos, afetivos e sociais, produzem comunicam aos seus pares, incessantemente, suas próprias representações, designadas como consciência partilhada pelo grupo sobre a realidade objetiva. (ORNELLAS, 2006, p. 37)

Enquanto não dermos atenção a este fator afetivo na relação educador-educando, corremos o risco de estarmos só trabalhando com a construção do real, do conhecimento, deixando de lado o trabalho da constituição do próprio sujeito que envolve valores e o próprio caráter, necessário para o seu desenvolvimento integral, como homem, uma vez que como ser social o sujeito necessita fazer parte de um grupo no qual através do convívio adquire conhecimentos.

Deste modo, sendo o processo de aprendizagem contínuo e gradual é natural que esses conhecimentos se transformem no decorrer da vida. As relações humanas são complexas, porém, extremamente necessárias para a formação do indivíduo já que é a partir da interação que o processo de aprendizagem se torna possível.

No ensino à distância tem uma dificuldade inerente em comparado ao ensino presencial no que tange a comunicação e interação. Cabe ressaltar que no ensino presencial o contato visual permite ao docente compreender as percepções do aluno através das expressões corporais, verificando de forma imediata se o aluno atingiu ou não a compreensão do tema proposto, possibilitando, assim, a apresentação de novas explanações sobre o mesmo tema. Esse mesmo discernimento na modalidade EaD é alcançado de forma peculiar, tendo em vista que a transmissão do ensinamento ao aluno é realizada por meio de recursos midiáticos tecnológicos, que foram desenvolvidos para suprir a ausência física do docente em sala de aula. Destaca-se que essa “virtual distância” é severamente reduzida através da afetividade,

pois demonstra ao aluno que ele não está só nesse processo longo do saber (MARCONDES; DEGÁSPERI, 2014, p.5).

Diante deste contexto, o professor deve preocupar-se não em ser o detentor de conhecimentos que está em sala apenas para 102 despejar os conteúdos para seus alunos mas, um instrumento facilitador para que o sujeito alcance um maior êxito no processo ensino/aprendizagem; identificando, respeitando, incorporando e vivendo valores significativos e contributivos que permitam exercer uma influência construtiva sobre o educando.

Geralmente, como afirma Sampaio (2004, p. 68-69), as dificuldades de aprendizagem e comportamento relacional que o sujeito manifesta em sua vida escolar têm por base a negação do amor e dos valores humanos, como espaço de convivência na família, na escola e na sociedade, gerando atitudes de violência e intolerância, ou seja.

Descreve-se aqui, o visível processo transferencial que, como define Freud, remete o modo como o sujeito interage com o outro, o que possibilita que a transferência esteja em todos os lugares, inclusive na escola e nesse momento ela designa o conjunto das manifestações afetivas do aluno em relação ao professor sob uma forma positiva ou negativa. Daí a importância do desenvolvimento de uma educação para valores. Identificar, congregar e desenvolver valores é o verdadeiro desafio para transformar nossas relações verdadeiramente humanas nos planos interpessoal e social.

Enfim, deve-se levar em consideração que o aprendiz é um ser complexo, múltiplo e único ao mesmo tempo; um ser de relações consigo mesmo, com os outros, com a natureza e com a dimensão transcendente da vida. Deste modo, o ambiente de aprendizagem terá de acomodar um espaço para as diferenças que une e separa o homem. Une porque integram os seres numa coletividade e separa porque embora parecidos não pensamos iguais, não temos as mesmas experiências (vivências sociais, econômicas, religiosas, políticas entre outras).

Paulo Freire nos fala a respeito do trabalho e da relação professor/aluno esclarecendo que o crescimento humano se dá a partir da troca de experiências, da reciprocidade, e da busca pela interatividade entre o indivíduo

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (...) o professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar marcas (FREIRE, 1996, p.34).

A devida observação destas palavras de Paulo Freire leva o professor a indagar sua postura em sala de aula alertando-o para a necessidade de haver afetividade, amizade e respeito na sua relação com seus alunos. O êxito do professor em seus intentos vai depender principalmente da relação mantida com o sujeito, por isso, torna-se fundamental que o professor promova um clima de respeito e amizade em sala. É através do ato de ouvir o que seus alunos têm a dizer, suas dúvidas e seus medos que o educador poderá fazer uma avaliação do nível de compreensão deles para então criar pontes entre seus conhecimentos e os dos estudantes.

O professor que trabalha com dedicação e amor instigando seus alunos para uma consciência crítica, transformando o aluno em um pesquisador/questionador, consegue desenvolver com seus alunos um vínculo mais forte de amizade e respeito o que será um ponto fundamental na aprendizagem destes, pois, estas atitudes vão demonstrar para os indivíduos que o aprender não é um processo com via de mão única, ao contrário, é uma troca de conhecimentos no qual o professor também aprende com eles.

Outro ponto fundamental é a necessidade do educador estar atento a forma com que trabalha fazendo sempre uma reflexão a respeito das metodologias utilizadas em sala detectando os problemas para assim fazer um novo planejamento buscando sempre formas de estimular a aprendizagem através de um trabalho consciente no qual o aluno se sinta sempre motivado se sentido parte do processo não apenas um objeto que o professor utiliza da forma que lhe convier.

Assim, a relação professor/aluno é de fundamental importância no processo pedagógico. Ideias e princípios que norteiam a vivência dos seres humanos inerentes a uma estrutura social – tais como, honestidade, coragem, compromisso, criticidade, responsabilidade e tantas outras importantes na educação – se passam no cotidiano das instituições escolares e quanto mais o professor estiver próximo do aluno, mais influência ele tem sobre seu aprimoramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que durante a pandemia professores e alunos que dividiam espaço em seu dia a dia em uma sala de aula presencial, de repente, por imposição do necessário distanciamento social, tiveram que adotar uma metodologia de ensino a distância na qual a TICs passaram a ser protagonistas no processo e isso trouxe muitos desafios o retorno ao convívio coletivo ainda sem o final definitivo da pandemia pelo COVID-19 também trouxe para as Instituições de ensino e para o IF Baiano Campus Governador Mangabeira uma série de desafios que gestores, servidores e estudantes estão enfrentando até o momento.

Daí a desafio do Instituto Federal Baiano Campus Governador Mangabeira e demais instituições de ensino de preparar o espaço físico das escolas como ambiente seguro para acolher com um máximo de segurança no quesito redução da possibilidade de transmissibilidade do vírus COVID-19 para garantir uma retomada das relações socioafetivas da comunidade acadêmica em um contexto de tranquilidade e condições mínimas de manutenção do desenvolvimento das atividades no formato presencial.

Para organizar esse retorno com a maior segurança possível, a Gestão do IF Baiano *Campus* Governador Mangabeira adotou várias medidas para o retorno das atividades presenciais como a exemplo da (re)organização dos espaços; instalação de pias e dispensers de álcool em gel 70% para higienização das mãos; reestruturação dos horários de aula e divisão das turmas, atualização dos Protocolos de Contingência, que prevêem as medidas de prevenção e de biossegurança que devem ser seguidas pela comunidade acadêmica na retomada das atividades presenciais nos setores Administrativos e Acadêmicos.

A IN 5/2022 e os Planos de Contingência estabelecem as medidas gerais de prevenção: o uso obrigatório da máscara, a higienização frequente das mãos, o distanciamento interpessoal e, especialmente, a importância da vacinação completa e o tempo de isolamento em casos positivos de Covid-19, contactantes ou pessoas com sintomas gripais, baseado nas orientações dos órgãos governamentais, educacionais e sanitários, nas esferas estadual e municipal, e também observando atentamente as recomendações do Ministério da Saúde, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS).

Por fim, com o processo de pandemia fez-se necessário à gestão escolar pensar e planejar os recursos financeiros para investimento em conectividade de professores e estudantes na retomada das atividades presenciais, uma vez que embora as atividades online e o uso dos recursos tecnológicos viabilizaram o desenvolvimento das aulas mas, ao mesmo tempo pode ser um fator de promoção de exclusão em um País de enorme desigualdade social; além do processo de capacitação dos docentes para que se apropriem didaticamente das mesmas e consigam um maior envolvimento afetivo com o processo

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2020**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2022.

- DANTAS, Heloysa. **Afetividade e a construção do sujeito na psicogenética de Wallon**, em La Taille, Y., Dantas, H., Oliveira, M. K. Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus: Editorial Ltda, 1992.
- DANTAS, Heloysa. **A Infância da Razão**, SP, Ed. Manole, 1990.
- DANTAS, Heloysa. **Emoção e ação pedagógica na infância**: contribuição de Wallon. Temas em Psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia, São Paulo, n° 3, p. 73-76, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HOLMES, Emily A. et al. **Prioridades de pesquisa multidisciplinar para a pandemia COVID-19**: um chamado para ação para as ciências da saúde mental. The Lancet Psychiatry, 2020.
- KUPFER, Maria Cristina Machado. **Educação para o Futuro. Psicanálise e Educação**. São Paulo: Escuta, 2. ed., 2001.
- LEITE, Francisco Tarcisio. **Metodologia Científica**: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. 4ª Ed. Aparecida- São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2015.
- LOPES, Rita de Cássia S. **A Relação Professor Aluno e o Processo Ensino Aprendizagem** - Programa de Desenvolvimento Educacional – Ponta Grossa / Paraná, 2009.
- MARCONDES, Luciana Nogueirolo Lobo e DEGÁSPERI, Allan. A Afetividade Como Instrumento no EaD. **Revista Paideia@**. Unimes Virtual. Vol 06 – Número 10, Julho/2014.
- MORAN, José. A afetividade e a auto-estima na relação pedagógica. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/bases.htm> Acesso em: 18 jun. 2022.
- ORNELLAS, Maria de Lourdes S. **Afetos manifestos na sala de aula**. São Paulo: Annablume, v. 01. 2006.
- UNDIME - União dos Dirigentes Municipais da Educação/UNICEF, Itaú Social. Pesquisa Undime sobre a Volta às Aulas, 2021. Disponível em: phpb9nCNP_6048f0cf083f8.pdf. Acesso em: 25 jun.2022
- PIMENTA, Selma. Garrido. (Org.) **Professor Reflexivo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SAMPAIO, Dulce Moreira. **A pedagogia do Ser**: Educação dos sentimentos e dos valores humanos. São Paulo: Vozes, 2004.
- WALLON, Henri. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa. Edições 70, 1968.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

CAPÍTULO 5

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: ACOLHIMENTO COMO REFERÊNCIA DE RESPEITO À DIVERSIDADE, INCLUSÃO E PROMOÇÃO DA EQUIDADE

Sílvia Fernanda Sales dos Santos¹

“O nosso objetivo enquanto equipe nesse processo de retorno presencial, foi pensar no aluno e para o aluno a partir de escuta e olhar sensível em suas especificidades”.

(Coordenadora- CAE)

INTRODUÇÃO

A Assistência Estudantil (AE) vem ganhando espaço nas discussões promovidas pelas Universidades e Institutos Federais de Educação, sendo elevada ao *status* de política pública, através do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), instituindo o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES; o qual traz um leque amplo de áreas estratégicas a partir das quais devem se desenvolver as ações de AE, além de delimitar o público a que se destina: “prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio” (BRASIL, 2010).

As ações da Coordenação de Assuntos Estudantis do campus Governador Mangabeira são embasadas no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 – e na Resolução da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano (01/2019), que norteia os Editais dos Programas e Resoluções que apoiam a permanência de estudantes regularmente matriculados, a fim de viabilizar a igualdade de oportunidades aos discentes, colaborando para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam junto com outros setores combater situações de repetência e evasão.

A partir desse contexto, realizou-se uma Mesa Redonda on-line intitulada: “Possibilidades Curriculares e Estruturais no Retorno Presencial do IF Baiano Campus Governador Mangabeira”, a fim de publicizar desde as ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19 até o retorno às atividades presenciais, contando com a participação de servidores da equipe gestora do campus e do

setor pedagógico, na qual houve explicações acerca das providências tomadas no ínterim, os encaminhamentos para a resignificação do processo de ensino-aprendizagem pelas quais perpassaram as práticas docentes; abrindo-se discussões acerca do currículo para o futuro na perspectiva de uma educação pós-estruturalista como rompimento com os modelos atuais de⁵ educação, que não minimizam as contingências nem alcançam os estudantes oriundos do recém-implantado ensino remoto. Levando os espectadores a reflexões sobre o papel da Assistência Estudantil neste processo, ressaltando as medidas de segurança sanitária para a prevenção e cuidados com a saúde física e mental.

Ações e interações dos sujeitos da assistência estudantil

Apesar das ações de AE, segundo o PNAES, terem como público-alvo os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, deve-se levar em conta a totalidade dos estudantes, contudo, não de forma homogênea, mas partindo do reconhecimento de que as diferenças devem levar à flexibilidade na execução dessa política, para garantir igualdade de oportunidades e efetividade de direitos.

Urge traçar uma retrospectiva das ações desenvolvidas pela Coordenação de Assuntos Estudantis do Campus Governador Mangabeira durante a suspensão das atividades presenciais (março/2020 a março/2022), para se entender o percurso até o retorno presencial das atividades acadêmicas em março de 2022. Estas ações priorizaram as áreas de acolhimento e encaminhamento das demandas dos discentes e seus responsáveis pelas Assistentes de Alunos, os quais receberam todas as informações acerca das medidas de biossegurança adotadas pelo campus e orientações sobre as inscrições para o recebimento dos auxílios da Assistência Estudantil, assim como a participação dos mesmos nas atividades virtuais desenvolvidas pelos servidores do IF BAIANO.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (DECRETO PNAES – 7.234/2010).

No que tange à alimentação, em atendimento à Portaria do MEC a distribuição de kits alimentares com recursos do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar - ocorreu nos

⁵ Assistente de Alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), campus Governador Mangabeira. Especialista em Metodologia do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. E-mail: silvia.sales@ifbaiano.edu.br.

municípios onde residem os estudantes, conforme dita a Lei nº 13.987/2020, de 7 abril de 2020, que modificou a Lei nº 11.947/2009 para permitir a entrega dos produtos da alimentação escolar diretamente aos estudantes durante o período da situação de emergência no país. Os kits alimentares foram acompanhados por uma cartilha com orientações de higienização dos produtos recebidos e um cardápio elaborado pela nutricionista do campus, para melhor aproveitamento nutricional dos alimentos.

As servidoras que compõe o núcleo multiprofissional da CAE, por meio do PRO-SAÚDE - Programa de Prevenção e Assistência à Saúde (nutrição, psicologia, serviço social e enfermagem) mantiveram o acompanhamento virtual às gestantes, lactantes e estudantes com histórico de problemas de saúde, disponibilizando Auxílio Eventual através do PAE – Programa de Auxílio Eventual. Neste sentido, consoante o Art. 92 da Resolução da Política de Assistência Estudantil do (IF BAIANO, 2019) as ações de prevenção, promoção e atenção à saúde devem ter a realização de atividades, tais como: palestras, acompanhamento da situação vacinal; avaliação e orientação nutricional; elaboração de material educativo de saúde; acolhimento das demandas de saúde e encaminhamento, quando necessário, à rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme a complexidade; prestação de atendimento nutricional aos estudantes com necessidades nutricionais específicas.

Cerca de 90% dos estudantes regularmente matriculados no ano letivo 2020 receberam apoio financeiro por meio do Auxílio Emergencial, instituído pela Resolução 89/2020 (IF BAIANO, 2020). Destarte, a equipe multiprofissional em trabalho conjunto com a assistente social, elaborou formulários com entrevista estruturada, para a sondagem da situação sociofamiliar e da vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, incluindo aspectos relacionados à saúde e contágio pela COVID-19. Conforme o “§2º Caberá à instituição federal de ensino definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados.” (DECRETO PNAES – 7.234/2010).

Ficando a cargo da assistente social analisar as inscrições, realizar entrevistas on-line e fazer as devidas orientações aos estudantes e seus responsáveis quando em situações de vulnerabilidade extrema, para o recebimento dos auxílios e kits alimentares. Atuando de forma magistral no acolhimento e encaminhamento das demandas socioeducacionais. Desconstruindo, assim, a discussão acerca da assistencialização no contexto das políticas educacionais, pois as ações desenvolvidas no âmbito da Assistência Estudantil simplesmente complementam aquelas da Assistência Social que deve ser ofertada na rede, sobretudo em relação à lógica eminentemente emergencial e imediatista dos programas da Política de Assistência estudantil do IF BAIANO que são voltados ao atendimento das demandas dos estudantes no que tange às suas necessidades de

permanência, focalizando os usuários da política, de modo a promover “um atendimento restrito aos estudantes mais pobres entre os pobres” (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012). Mas também, acolhê-los em sua totalidade enquanto sujeitos do seu itinerário formativo.

Além das atribuições específicas que essas profissionais desenvolvem, atuam também em diferentes núcleos e comissões, destacando-se também na articulação das ações e na colaboração dessas servidoras de diferentes cargos para a manutenção das especificidades de cada área na composição da equipe multiprofissional da CAE – Coordenação de Assuntos Estudantis. Esse trabalho multidisciplinar fundamenta-se no caráter dialético da realidade social que é, ao mesmo tempo, ímpar e plural e nos leva a distinguir os limites dos sujeitos. (FRIGOTTO, 2008).

A fim de oportunizar a inclusão digital dos alunos para o acompanhamento das APNP (Atividades Pedagógicas Não Presenciais), foram publicadas as Resoluções 65 e 71/2020 (IF BAIANO, 2020) – Auxílio Para Aquisição e Manutenção de Equipamentos e para a Contratação de Internet. As ações de Inclusão Digital visaram contribuir para a permanência e êxito nas atividades acadêmicas de estudantes regularmente matriculados em cursos - presenciais ou da Educação à Distância - de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (integrado e subsequente), Educação de Jovens e Adultos, no IF Baiano em vulnerabilidade socioeconômica, possibilitando que os mesmos tivessem condições mínimas de conectividade, para frequentar as APNP. Priorizou-se os estudantes que não dispunham de recursos próprios ou familiares para acessar de modo remoto as Atividades Pedagógicas Não Presenciais, em função da excepcionalidade da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID19) e apenas enquanto essa situação perdurou. A seleção dos candidatos se deu por meio da análise de alguns indicadores como definidores da classificação, avaliados pela assistente social, tais como renda familiar per capita, origem escolar, composição familiar, existência de idoso e criança de até 5 (cinco) anos de idade na família.

Vale ressaltar a importância do acompanhamento psicossocial – NAPSI (Núcleo de Apoio Psicossocial) através das profissionais de serviço social, pedagogia e psicologia do campus. Monitorando os estudantes contemplados com os auxílios, como também àqueles com dificuldade de aprendizagem, interação e relações interpessoais, porque uma política de AE não deve limitar-se apenas à elaboração e execução de mecanismos voltados apenas para estudantes de baixa renda, mas deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal.

Projeto de vida do estudante e novas perspectivas de crescimento pessoal

Para além de cumprir Resoluções e Editais dos Programas da Política de Assistência Estudantil, a Coordenação de Assuntos Estudantis também é responsável por realizar Atividades Educativas de cunho informativo e formativo com os discentes. Desse modo, durante as APNP (Atividades Pedagógicas Não Presenciais 2020/2021) foram introduzidas metodologias ativas para a construção do PVE – Projeto de Vida do Estudante. Proposições de leituras, lives, web conferências e rodas de conversa virtuais com as Assistentes de Alunos e as turmas. As quais mobilizaram os estudantes dos Cursos Integrados via redes sociais (WhatsApp e publicações, enquetes no Instagram) com chamadas para os eventos programados especificamente para as atividades do PVE. Proporcionando discussões e debates em torno de temáticas sobre liderança estudantil e construção de identidade, autocuidado e perspectivas para a realização dos sonhos.

O Projeto de Vida do Estudante ainda é pouco conhecido, mas previsto na legislação brasileira para a educação básica, consoante o Artigo 35-A, parágrafo 7º da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017 que altera a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996): “Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado à construção do seu Projeto de Vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.”. (BRASIL, 2017). Durante a construção do seu PVE, os estudantes desenvolvem relevantes habilidades para a vivência em sociedade, mas também para si próprios: autonomia, cooperação, compreensão da realidade, responsabilidade, respeito, criatividade, posicionamento e pensamento crítico acerca do seu campo de possibilidades, sentimento de pertença ao território e ampliação do seu repertório cultural.

A Base nacional Comum Curricular (BNCC) também contempla o Projeto de Vida entre as suas competências gerais, que devem ser trabalhadas em todas as etapas da educação, até o Ensino Médio. A competência número 06 “Trabalho e Projeto de Vida” diz que:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu Projeto de Vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

O Projeto de Vida proporciona vivências sobre a realidade, no que tange aos desafios da vida em sociedade, seus aspectos econômicos, políticos e culturais; bem como posicionar-se ante às questões ambientais e éticas, os quais favorecem a atribuição de sentido às aprendizagens, garantem o protagonismo juvenil e valorizam os papéis sociais, uma vez que qualificam os processos de construção da sua identidade e asseguram espaços para que os estudantes reflitam acerca das suas

experiências e aprendizados pessoais e interpessoais, porque trabalhando em equipe, aprendendo com seus pares há trocas fulcrais para o seu desenvolvimento em todas as dimensões do ser humano. Tudo isso estimula atitudes cooperativas e propositivas ao enfrentamento dos problemas da vida familiar, da atuação comunitária, da inserção no mundo do trabalho e da convivência com a sociedade em geral.

Atuação da assistência estudantil em face aos desafios cotidianos

Atualmente, vivemos o sucateamento dos Institutos Federais, devido à falta de recursos financeiros e as políticas de repasse dos auxílios vêm sendo cada vez mais afetadas. Neste cenário, a Política de Assistência Estudantil, tem sido a ação que vem garantindo condições dignas de permanência para os alunos, reforçando a necessidade de apoio do Estado para a sua manutenção e consolidação por meio do incremento do acesso para quem precisa.

As atividades propostas para a Semana de Acolhimento ao Discente em meio à excepcionalidade da pandemia mundial, trouxe à tona as fragilidades e potencialidades das relações virtuais e os percalços da adaptação ao novo cotidiano presencial. Nestes termos, organizar um evento remotamente, revelou os incontáveis desafios que uma Comissão designada para este feito enfrenta: planejamento flexível das atividades, desistência de palestrantes convidados, os melindres das plataformas digitais, problemas de conectividade doméstica dos servidores, desinteresse dos alunos por este modelo de atividade no formato virtual, falta de apoio dos docentes. Contudo, conforme as figuras 01 a 04 que retratam a Programação das atividades, o acolhimento aos discentes ocorreu de forma sublime, atingindo 85% do público-alvo, que interagiu e recebeu formação específica para o desempenho das atividades síncronas e assíncronas no ano letivo 2021, além do aprendizado sobre o autocuidado para a prevenção e manutenção da saúde física e mental.

Na transição para o retorno das atividades presenciais, as ações de distribuição dos kits alimentares e Auxílio Digital foram mantidas e outras implementadas em atendimento aos editais da Assistência Estudantil do IF Baiano com a oferta dos Auxílios Permanência e Material Acadêmico do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) durante o primeiro semestre do ano letivo 2021.1. Pois, segundo o Art. 7º da Resolução da Política de Assistência Estudantil 01/2019, cabe à Coordenação de Assuntos Estudantis: “I - executar e acompanhar, em parceria com a Comissão Local de Assistência Estudantil (CLAE), as ações, projetos e programas da Política de Assistência Estudantil” (IF BAIANO,2019). Assim como, “III - planejar, orientar, gerir e avaliar as ações concernentes ao atendimento ao estudante.” (IF BAIANO, 2019)

Ao iniciar, o ensino híbrido durante o semestre letivo 2021.2, as ações de distribuição dos kits alimentares foram suspensas, pois o normativo determina, que a distribuição está autorizada apenas em localidades em que haja suspensão das aulas. Caso contrário, a alimentação escolar deve ser ofertada nas próprias unidades de ensino. Todavia, o pagamento do Auxílio Digital para a Contratação de Internet foi renovado para discentes das turmas dos Cursos Integrados e o foi publicado Edital do PAISE – Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – que selecionou alunos para o recebimento dos Auxílios Material Acadêmico, Uniforme e Transporte. Houve a concessão de Auxílios do PAE – Programa de Auxílio Eventual – para consultas médicas, exames e aquisição de óculos de grau. Estes Programas têm um papel crucial na consolidação da permanência dos discentes em vulnerabilidade socioeconômica, que, ao se sentirem acolhidos, incluídos, bem assistidos e acompanhados concluem seu percurso formativo logrando êxito acadêmico e satisfação pessoal. Porquanto, como versa o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) - Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010:

Parágrafo único. As ações da assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Levando-se em conta o aumento dos transtornos psicológicos e emocionais, como a ansiedade, especialmente durante a pandemia de COVID-19, que além de potencializar esses transtornos nos estudantes, também ampliou a demanda de trabalho das servidoras da equipe multiprofissional da CAE com um aumento significativo das demandas da comunidade acadêmica, tornando ainda mais desafiador o desempenho das ações de caráter inclusivo, acolhedor e formativo. Porquanto, a atuação da equipe da assistência estudantil “envolve fatores materiais e simbólicos que podem corresponder a interesses e desejos do estudante, a relacionamentos que estabelece no ambiente escolar, a situações pessoais e/ou familiares e a fatores socioeconômicos e culturais”. (SOARES; AMARAL, 2021)

É no interior do campus, no dia a dia da educação profissional e tecnológica, caracterizada por uma rotina exigente, especialmente aos adolescentes do ensino técnico integrado, que o Programa Nacional de Assistência Estudantil é implementado e desenvolvido pela equipe da CAE. O sucesso desse trabalho representa o alcance dos objetivos centrais que são o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes. No entanto, fatores estruturantes, como a composição reduzida da equipe, limita ou mesmo inviabiliza o alcance pleno de tais objetivos. Portanto, faz-se necessário o fortalecimento da política educacional, orçamentária, de gestão de pessoas, bem como do reconhecimento da importância dessa pauta nas discussões da gestão macro do IF Baiano.

As possibilidades de atuação da Coordenação de Assuntos Estudantis perpassam por modelos básicos embasados em uma política seletiva, de cunho apenas financeiro, que reflete em uma educação não emancipadora. E outro de caráter universal, que atende o estudante em diversos aspectos: econômico, social, acadêmico e humano. Esse último modelo é fruto da crescente exigência social contemporânea e da conseqüente emergência de outras demandas que repercutem no desempenho acadêmico e interferem na permanência dos estudantes de diferentes níveis de ensino. Não obstante, novas funções podem ser atribuídas à assistência estudantil enquanto atividade meio para assegurar o sucesso do processo educacional numa perspectiva omnilateral.

Neste contexto, foi atribuída à Coordenação de Assuntos Estudantis participação na composição do Comitê local para o enfrentamento à pandemia da COVID-19, cujos membros elaboraram o Plano de Contingência para o retorno presencial seguro da comunidade acadêmica ao campus Governador Mangabeira. Levando em consideração as especificidades do território Recôncavo onde está situado geograficamente.

Uma construção conjunta de ações e mecanismos foi montada em parceria com a Comissão Administrativa para a aquisição de equipamentos e benfeitorias na infraestrutura das salas de aulas e demais dependências do campus, a fim de proporcionar um retorno seguro e um ambiente acolhedor aos estudantes e toda a comunidade acadêmica. Dentre essas ações de cunho material, houve investimentos também com recursos da Assistência Estudantil para garantir a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica com disponibilidade de mais auxílios do PAISE com a oferta de Uniforme, Material Acadêmico e Transporte, selecionando e contemplando todos os inscritos aptos, oportunizando a mais de 70% dos alunos regularmente matriculados garantir minimamente a sua presença nas atividades acadêmicas.

Como atribuição da Coordenação de Assuntos Estudantis, couberam também as providências desde o ensalamento das turmas com número reduzido de estudantes, organizadas por município de origem ou mesmo transporte utilizado para o traslado diário até o campus até organização do cronograma de horário de lanche com espaçamento de tempo por turma, para evitar aglomerações nas filas e dependências do refeitório, bem como para a utilização dos sanitários e pias espalhadas pelas áreas externas do campus.

Em atendimento às Resoluções 183 e 186/2022 – OS-CONSUP (IF BAIANO,2022) e as Instruções Normativas 05 a 09/2022 (IF BAIANO, 2022) acerca das medidas de segurança para o retorno presencial, a Coordenação de Assuntos Estudantis organizou atividades remotas com os estudantes, repassando informações e orientações de como porta-se com segurança nas dependências

do campus. “§ 7º Ampla campanha referente a solicitação do passaporte vacinal deverá ser realizada pelos setores responsáveis pela Comunicação Institucional.” (IF BAIANO, 2022). Ressaltando a importância do uso correto e indispensável de máscara, adoção de hábitos de higiene pessoal e ambiental, como medidas de autocuidado e cuidado com os outros, como mostram as figuras 05 a 15. Destarte, a exigência do passaporte vacinal como obrigatório para adentrar no campus, mostrou o poder que os educadores, a família, a mídia, a religião e as campanhas da rede pública de saúde exercem sobre os estudantes tanto negativa como positivamente. Assim, com 99% do corpo discente imunizado para a COVID-19, retornamos às atividades acadêmicas presencialmente para dar início o ano letivo 2022.

A equipe da Coordenação de Assuntos Estudantis junto com a UAPE – Unidade de Apoio Permanência e Êxito e o NAPNE – Núcleo de Apoio às Pessoas com necessidades Específicas organizou a Semana de Acolhimento e Nivelamento dos ingressantes 2022 contando com o apoio dos Coordenadores de Curso, promovendo Atividades Educativas, palestras e apresentação dos setores da Biblioteca, Secretaria de Registros Acadêmicos, Núcleo de Relações Institucionais, Coordenações de Pesquisa e Extensão; tendo como ponto principal as oficinas e aulas práticas nos laboratórios específicos de cada curso e Unidades Educativas de Campo (UECs), a fim de conhecerem os componentes curriculares e possibilidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos nos cursos escolhidos.

A CAE reorganizou o ensalamento dos estudantes, mantendo-os na mesma turma de acordo o município de origem e/ou mesmo transporte utilizado no traslado diário para o campus. Assim como, a elaboração de formulário virtual para a solicitação do almoço, organizando os cronogramas de horário de lanche e almoço com espaçamento de tempo por turma, para evitar aglomerações nas filas e dependências do refeitório, bem como para a utilização dos sanitários e pias espalhadas pelas áreas externas do campus.

Desse modo, o campus se preparou para receber seus alunos, não da mesma maneira como retornavam das férias, mas com uma experiência vivida que deixou diversos impactos negativos, não apenas nos aspectos cognitivos da aprendizagem, mas no desenvolvimento socioemocional causado pelo isolamento social e distanciamento escolar. O primeiro ponto pensado para o acolhimento neste momento foi em relação aos sentimentos e observação dos comportamentos ante ao novo chamado “novo normal” e a maneira como enfrentam a mudança de ambiente.

Diversos são os motivos para o acolhimento amoroso aos discentes, todos nós passamos por experiências de luto próximas, de familiares, amigos e pessoas conhecidas, e as perdas vividas

precisam ser tratadas de maneira especial. Além disso, as mudanças de rotina que ocorreram, em suas vidas e na vida dos pais, irão novamente se transformar. Se foi difícil de repente estarem todos em casa, mudar a rotina novamente, e se ausentar da segurança que o lar representa, pode também gerar alguns impactos. Principalmente aos ingressantes 2020-2022, que têm que enfrentar todo um período de adaptação à rotina do campus e tudo o que essa traz de novidade, impactará indubitavelmente no seu itinerário formativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações da Assistência Estudantil previstas nos seus documentos basilares contribuem consideravelmente para a permanência dos estudantes no campus Governador Mangabeira e para a redução da evasão e repetência por meio da oferta de apoio humano da equipe multiprofissional e sócio financeiro (Programas da Política de Assistência Estudantil do IF Baiano). Aliadas a isso, a integração e articulação com as gestões municipais se explicita no diálogo com os secretários e prefeitos que ofertam transporte gratuito aos estudantes, estabelecendo um “convênio” que favorece as ações integradas. Frente aos contextos trazidos pela pandemia, a gestão do campus, por meio de sua Coordenação de Assuntos Estudantis, empenhou-se na busca por alternativas de enfrentamento das dificuldades vivenciadas por seus estudantes, desde a viabilização do acesso às APNP com o Auxílio Digital, passando pelo combate da escassez alimentar pela entrega de kits alimentares, até as ações que buscaram a garantia dos direitos por meio dos editais de repasse de renda (Auxílio Emergencial).

As Atividades Educativas e os Projetos de Intervenção desenvolvidos pela equipe Multiprofissional da CAE colaboram para que os estudantes sejam protagonistas de suas vidas e possam definir inclusive o seu próprio Projeto de Vida, porque envolvem os âmbitos da vida pessoal, acadêmico, profissional e social; a fim de alcançar a formação integral dos estudantes, ao oferecer os conhecimentos necessários para a sua inserção no mercado de trabalho, tornarem-se cidadãos proativos, éticos e escolherem estilos de vida saudáveis e sustentáveis.

O ideário institucional é que sejam atendidos um maior número de estudantes contemplados com os auxílios, pois só assim eles terão oportunidades equânimes no acesso e permanência na Instituição. É fato que mesmo com os esforços da assistência estudantil, a conjuntura política vigente no país incide nas ações do IF Baiano, expressas nos cortes orçamentários que já estavam vigorando desde 2019 e foram agravados pela crise econômica e social trazida pela pandemia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. BRASIL. - **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 28 jun. 2022..

FRIGOTTO, Gaudêncio. (2008). A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas Ciências Sociais. **Revista Ideação**, v. 10, n. 1, p. 41-62.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO. **Instruções Normativas**. 2022. Disponível em: <<https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/IN-05.pdf>> Salvador- Bahia, Acesso em: 28 jun. 2022.

NASCIMENTO, Clara M. ARCOVERDE, Ana Cristina B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. *In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace*. **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFUPROEX, 2012. p. 167-79.

OS-CONSUP/IF BAIANO. **Resoluções 183/186/2022** Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2022/02/Resolucao183.2022_OSCONSUP-consolidada.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

RESOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO IF BAIANO. Bahia, 2019. Disponível em: <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2019/08/Politica-de-Assistencia-Estudantil29-01-2019.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SOARES, Priscila da Silva e AMARAL, Cledir de Araújo. A assistência estudantil no processo educacional: possibilidades de atuação. **Educ. Pesqui.** [online]. 2022, vol.48, e238181. Epub 23-Fev-2022. <https://doi.org/10.1590/s1678-4634202248238181>. Acesso em: 28 jun. 2022.

SOBRE OS AUTORES

Leonizia de Jesus Sena de Almeida

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Especialista em Linguística (UFBA) e em Políticas Públicas (UGF). Formação em Pedagogia pela Faculdade Adventista da Bahia. Atualmente coordena a Unidade de Apoio ao Processo de ensino e Aprendizagem, permanência e Êxito (UAPE) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF BAIANO- Campus Governador Mangabeira, desenvolvendo oficinas de aprendizagem, orientação educacional e discussões sobre o Currículo Integrado. É vinculada aos grupos de Pesquisa Rizoma, da Universidade Estadual de Feira de Santana, e GPECIF: Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade do IF Baiano. E-mail: leonizia.sena@ifbaiano.edu.br.

Lívia Tosta dos Santos

Possui graduação em Licenciatura em Letras com Língua Espanhola pela Universidade estadual de Feira de Santana (2005) e mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2014). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IF Baiano. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua Espanhola. E-mail: livia.santos@ifbaiano.edu.br.

Elísio José da Silva Filho

Doutorando em Educação (FACED/UFBA), Mestre em Educação (FACED/UFBA), Graduado em Licenciatura em Desenho e Plástica (EBA/UFBA). Atualmente é professor de Artes Visuais para o Ensino Médio e das disciplinas Currículo e Políticas Educacionais para a Pós-Graduação Lato Sensu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), Campus Governador Mangabeira. É membro do Grupo de Pesquisa FEP: Formação em Exercício de Professores (FACED/UFBA) e GPECIF: Grupo de Pesquisa em Educação e Contemporaneidade do IF Baiano. Tem experiência na área de Educação, Artes e Projetos Gráficos Editoriais, atuando principalmente nos seguintes temas: currículo, arte, arte/educação. E-mail: elisio.silva@ifbaiano.edu.br.

Luciene da Silva Santos

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica PROFEPT-IFES; Especialista em Gestão Escolar e Planejamento e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia. Atualmente é pedagoga-orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano e professora efetiva do quadro da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Laboratório Escola – IF BAIANO Campus Catu - BA; Membro do Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI), do Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), e dos Conselhos dos cursos técnicos integrados e subsequentes do IF BAIANO Campus Governador Mangabeira-BA. Possui experiência em docência, acompanhamento e orientação pedagógica, planejamento educacional, gestão escolar, coordenação de ensino. Desenvolve pesquisas sobre Trabalho e Educação, Educação Profissional e Tecnológica (EPT), Marxismo e Educação, Sociedade e Trabalho, Politecnicidade e Omnilateralidade, Pedagogia Histórico-Crítica, Formação Humana Integral, Práticas Educativas na EPT, Neurociência aplicada à Educação, Psicopedagogia, Dificuldades de Aprendizagem. E-mail: Luciene.santos@ifbaiano.edu.br.

Sílvia Fernanda Sales dos Santos

Possui Curso Técnico em Magistério (1986). Estudos Adicionais em Comunicação e Expressão pela Universidade Estadual de Niterói.(1994) Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia (2004). Especialização em Metodologia do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio pela Argumento Pós-graduação em Humanidades/FACE,

Curso de Extensão na mesma área pela Faculdade FINOM/MG (2007). Especialização em Educação Especial pelo Instituto PróSaber (2015). Atuou como professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Escola Criação - Salvador de 1990 a 1993. De 1994 a 2004 como professora de Língua Portuguesa e Redação no Ensino Fundamental II na Escola Criação-Amargosa. E como Coordenadora Educacional na mesma instituição de ensino até 2006. De 2007 a 2009 lecionou Educação para as Relações Étnico-raciais, Metodologia do Ensino de História, Filosofia e Ética no Mundo dos Negócios, Sociologia Aplicada às organizações em diversos pólos da Faculdade de Ciências Educacionais-FACE. Participando de bancas examinadoras e orientação de estágio e TCC. Professora efetiva de História e Direitos Humanos na Escola Estadual Almeida Sampaio/Amargosa, atuando também como professora-articuladora da Educação Integral - Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2013-2016). Atualmente é Assistente de Alunos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Governador Mangabeira, exercendo a Função de Coordenadora de Assuntos Estudantis. E-mail: silvia.sales@ifbaiano.edu.br.

ÍNDICE REMISSIVO

Assistência estudantil.....	6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 26, 39, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 78, 79
Covid-19.....	8, 10, 11, 13, 14, 15, 41, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 66, 67, 68, 69, 71, 75, 76, 77
Currículo...5, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 43, 62, 70, 73, 80	
Diversidade.....	8, 10, 14, 21, 69, 73
Educação 3, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 75, 76, 79, 80, 81	
Educação Profissional.....	6, 8, 9, 13, 16, 21, 22, 38, 39, 40, 42, 43, 51, 52, 54, 72, 75, 80
Ensino remoto.....	8, 9, 11, 13, 16, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 70
Inclusão.....	7, 8, 10, 11, 14, 69, 72, 74, 75
Olhar pedagógico.....	8, 9, 13, 38
Pandemia....8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 26, 27, 31, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 78	
Planejamento.....	8, 9, 11, 12, 13, 17, 22, 24, 39, 50, 55, 56, 57, 58, 66, 74, 80
Processo educativo.....	8, 9, 13, 38, 39, 40, 51, 53

ISBN 978-655376076-9



9

786553

760769